



**IVY ENBER PHILOSOPHY UNIVERSITY  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**JOSICLÉIA FERREIRA BORGES**

**OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO: As novas práticas  
pedagógicas**

**CAAPORÃ-PB  
2023**



**JOSICLÉIA FERREIRA BORGES**

## **OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO: As novas práticas pedagógicas**

Tese de Mestrado em Educação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo programa de mestrado da educação da Evy Enber Philosophy University.

**CAAPORÃ-PB  
2023**



## CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

### SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

B732i Borges, Josicléia Ferreira.  
Os impactos da COVID-19 na educação: as novas práticas pedagógicas. [recurso eletrônico] / Josicléia Ferreira Borges. – Dados eletrônicos. – Caaporã-PB:2023.

79 f.: il.

Orientação: Danielle Ventura de Lima Pinheiro.

Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Educação. 2. COVID-19. 3. Práticas pedagógicas. I. Danielle Ventura de Lima Pinheiro. II. Título.

ENBER/BC

CDU 37.013

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980



## TERMO DE APROVAÇÃO

JOSICLÉIA FERREIRA BORGES

### OS IMPACTOS DA COVID-19 NA EDUCAÇÃO: As novas práticas pedagógicas

#### PARECER

Tese de Mestrado em Educação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, pelo programa de mestrado da educação da Evy Enber Philosophy University.

Aprovada em: 23/02/2024.

---

**Danielle Ventura de Lima Pinheiro**  
ORIENTADOR

---

**Dafiana do Socorro Soares Vicente Carlos**  
Membro Interno

---

**Rafaela Soares Celestino**  
Membro Externo



*Dedico este trabalho ao Deus da criação, pois sem Ele nada seria concretizado.*



## **AGRADECIMENTOS**

A minha mãe mulher forte e guerreira, que sempre se esforçou para educar a mim e aos meus irmãos.

Aos meus queridos filhos João Pedro e Alejandra, pela compreensão, amor e apoio.

Aos meus irmãos que sempre me apoiam e se alegram com as minhas conquistas.

Ao meu Pai Esmeraldo (*In Memoriam*) que sempre lutou para que hoje eu fosse a mulher que sou.

A universidade Enber Christian, pela grande oportunidade de realizar esta obra.

Aos professores da Universidade, e em especial a professora Danielle Ventura, pelo auxílio, paciência e orientação, para realização deste trabalho.



*“Melhorar a educação em tempos remotos, foi um dos maiores desafios para os educadores”. (Quedu – Ano e página)*



## RESUMO

A pandemia do Covid-19 trouxe para o mundo diversas inseguranças, e como medida de contenção dos casos, foi solicitado pela Organização das Nações Unidas (ONU) que o distanciamento social fosse cogitado, a fim de estabelecer o controle da contaminação, isso implicou no fechamento de diversas áreas de atuação, isso ocorreu também para a educação, que teve que optar por um ensino atípico, mas que pudesse dar um suporte educacional emergencial para o Brasil. Sendo assim, o ensino remoto se iniciou como uma maneira de não parar as aulas e favorecer o desenvolvimento do ensino/aprendizagem. O ensino remoto trouxe o uso das tecnologias de maneira cotidiana, visto que a falta de estrutura nacional para os estudantes e a falta de formação adequada para os docentes, significando um desafio para educação de forma específica para o cotidiano educacional dos alunos do ensino fundamental séries iniciais da rede municipal de ensino de Caaporã-PB. Sendo assim, o presente estudo tem por objetivo analisar os impactos causados pela pandemia do Covid-19 durante o processo de ensino e aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental. E, de maneira específica, descrever os impactos da pandemia na educação brasileira, apresentar a chegada das tecnologias da informação e comunicação na educação e nas escolas, relatar os obstáculos das TDICs durante a pandemia. A metodologia trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, baseada em documentos publicados no período de 2020 a 2022 e de uma análise documental com finalidade de encontrar informações que possibilitasse analisar construtivamente sobre a realidade do ensino voltado às aulas remotas. Sendo assim, os resultados foram baseados numa análise documental que destacou que as séries iniciais do ensino fundamental, fizeram o possível mediante determinação do Ministério da Educação, contudo, não tiveram formação adequada para conseguir se adaptar a essa modalidade de ensino emergencial. Deste modo, conclui-se que a educação das séries iniciais do ensino fundamental obteve mais dificuldades para conseguir seguir o contexto do ensino remoto, diante da falta de estrutura tecnológica no ambiente domiciliar, outro ponto relevante foi a falta de preparação para os docentes, a fim de proporcionar segurança e domínio para manter uma boa relação com o sistema remoto, ciente de que esses profissionais não tiveram no período pandêmico um suporte técnico para suprir as necessidades de informações tecnológicas, além de utilizar todos os equipamentos pessoais, para conseguir favorecer o ensino, prejudicando a vida pessoal com o excesso de carga horária de trabalho contínuo, por meio de cobranças cotidianos dos pais, alunos e superiores educacionais, cientes de que o ensino remoto, causou um hiato na educação.

**Palavras-chaves:** Docentes. Educação. Ensino remoto. Pandemia. Tecnologias.



## ABSTRACT

The Covid-19 pandemic brought several insecurities to the world, and as a measure to contain cases, it was requested by the United Nations (UN) that social distancing be considered, in order to establish control of contamination, this implied the closure of several areas of activity, this also occurred for education, which had to opt for atypical teaching, but one that could provide emergency educational support for Brazil. Therefore, remote teaching began as a way of not stopping classes and promoting the development of teaching/learning. Remote teaching has brought the use of technologies into everyday life, given that the lack of national structure for students and the lack of adequate training for teachers, posing a challenge for education in a specific way for the educational daily lives of elementary school students. initials of the municipal education network of Caaporã-PB. Therefore, the present study aims to analyze the impacts caused by the Covid-19 pandemic during the teaching and learning process in the initial grades of elementary school. And, specifically, describe the impacts of the pandemic on Brazilian education, present the arrival of information and communication technologies in education and schools, report the obstacles of TDICs during the pandemic. The methodology is a documentary and bibliographical research, based on documents published in the period from 2020 to 2022 and a documentary analysis with the purpose of finding information that would make it possible to constructively analyze the reality of teaching aimed at remote classes. Therefore, the results were based on a documentary analysis that highlighted that the initial grades of primary education did their best as determined by the Ministry of Education, however, they did not have adequate training to be able to adapt to this emergency teaching modality. Therefore, it is concluded that education in the initial grades of elementary school had more difficulties in being able to follow the context of remote teaching, given the lack of technological structure in the home environment, another relevant point was the lack of preparation for teachers, the in order to provide security and control to maintain a good relationship with the remote system, aware that these professionals did not have technical support during the pandemic period to meet their technological information needs, in addition to using all personal equipment, to be able to promote teaching , damaging personal life with excessive continuous working hours, through daily demands from parents, students and educational superiors, aware that remote teaching has caused a hiatus in education.

**Keywords:** Teachers. Education. Remote teaching. Pandemic. Technologies.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ensino remoto e a realidade educacional	22
Figura 2. Princípios da educação online	29
Figura 3. Coronavírus no mundo	37
Figura 4. Mapa situacional das unidades educacionais no mundo	39
Figura 5. Ações para evitar evasão dos estudantes	62

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1. Leis e decretos implementados pelo estado da Paraíba durante a pandemia para o sistema de ensino	19
Quadro 2. Portarias e decretos correspondentes ao ensino à distância	31
Quadro 3. Distinções de um ensino remoto durante a pandemia	48
Quadro 4. Termos empregados para formação continuada de docentes	54
Quadro 5. Concepções mais utilizadas na denominação das FCP	55
Quadro 6. Plano nacional de enfrentamento dos efeitos da pandemia de COVID-19 na educação	60

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Relação de artigos selecionados para análise	16
Tabela 2. Legislação COVID-19 – Educação	25
Tabela 3. Recomendações para o ensino fundamental e médio	26
Tabela 4. Pontos fortes e fracos das tecnologias	30
Tabela 5. Condições para implementar a adoção das TIC em uma organização educacional	43
Tabela 6. Dados da pesquisa com professores da rede pública durante o início da pandemia	68



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	10
<b>2 METODOLOGIA</b>	14
2.1 TIPO DE ESTUDO	14
2.2 DIALOGANDO COM AS FONTES	21
<b>3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA</b>	24
3.1 ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO: OS DISPOSITIVOS LEGAIS	24
3.1.1 Educação a distância	29
3.1.2 Ensino remoto	32
<b>4 A CHEGADA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO E NAS ESCOLAS</b>	36
4.1 CAPITALISMO, PANDEMIA E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	37
4.2 TECNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	42
4.3 CULTURA DIGITAL	44
<b>5 OBSTÁCULOS DAS TDICS DURANTE A PANDEMIA</b>	47
5.1 OS DESAFIOS DAS AULAS REMOTAS NO PERÍODO PANDÊMICO	47
5.2 O APOIO DA FAMÍLIA DIANTE DO PERÍODO PANDÊMICO	50
5.3 FORMAÇÃO DOCENTE CONTINUADA	52
5.4 A DOCÊNCIA ANTES, DURANTE E PÓS PANDEMIA	57
5.5 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PANDEMIA	64
5.6 CONECTAR PROFESSORES DESCONECTADOS	67
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	71
<b>REFERÊNCIAS</b>	74

## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia do COVID-19 iniciada em março de 2020 trouxe uma situação atípica a sociedade, por exemplo o isolamento social, onde a educação sofreu com essa necessidade de contenção de disseminação do vírus, e devido ao isolamento, dificultou a relação interpessoal com os alunos de maneira física, a mesma iniciou uma nova regra de socialização, de maneira remota, onde nem todos alunos e professores, se acomodaram bem a essa nova realidade.

Buscando conter o aumento no número de casos, houve a necessidade de decretar ações de contenção da proliferação do vírus, através do isolamento social, por meios de decretos oficiais de fechamento de estabelecimentos e suspensão de atividades, eventos e serviços, em quase todos os países do mundo. A educação foi um dos ramos mais prejudicados. Deste modo, através do decreto nº 13.979/2020, houve a necessidade da inserção de forma emergencial no ensino remoto, como meio de reduzir os danos provocados pela pandemia ao ensino brasileiro (VASCONCELOS et al., 2020).

No entanto, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), já é uma possibilidade o ensino à distância em casos emergenciais, isso consiste diante do conselho de educação dos estados brasileiros que regulamentam e amparam as escolas, bem como optam para continuar as atividades pedagógicas de maneira remota diante das necessidades nacionais (BRASIL, 1996).

A experiência profissional foi estranha diante da falta de informação sobre as perspectivas com relação ao fim da pandemia e o que iria acontecer com o sistema de ensino, mediante a um vírus ainda desconhecido, onde a ciência pouco sabia até que ponto seriam necessárias as mudanças anunciadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o que de maneira particular prejudicou o andamento das aulas.

Atualmente, é perceptível a dificuldade de aprendizado dos alunos que passaram por esses anos de pandemia com o ensino remoto, através do apoio das tecnologias para favorecer esse contexto. As consequências da pandemia, vão desde a falta de estrutura tecnológica em casa para suprir todas as crianças que estavam matriculados na escola, isso é uma dificuldade difícil, a realidade financeira dos pais, outro ponto, a realidade dos alunos sem familiarização com as plataformas, e os professores sem suporte formativo e técnico para auxiliar nesse contexto de ensino remoto.

Diante do avanço da tecnologia e mediante a necessidade de mudanças da sociedade, instaurou-se a melhoria tecnológica, rompem-se as fronteiras dos espaços-temporais através do desenvolvimento da tecnologia da informação e da comunicação (TIC). No que se refere a evolução, a sociedade sempre buscou por inovações que pudessem suprir a demanda moderna e atual, onde tudo pudesse e seguir de forma a facilitar, agilizar e melhorar o desempenho favorecendo assim o ganho de tempo, para diversas outras atividades diante do cotidiano corrido do ser humano (BARROS; SILVA, 2010).

Sendo assim, a evolução das TIC foi sempre questionada em relação ao uso contínuo da tecnologia, bem como em atividades que podem ser desenvolvidas de forma não presencial no setor de trabalho (teletrabalho ou home office). Deste modo, para as empresas, essa ruptura de fronteiras é tida como expansão para além dos muros das fábricas, das barreiras mundiais e dos limites contratuais de trabalho (BARROS; SILVA, 2010).

O ensino remoto foi uma medida que implicou em planejamento, mas com a utilização de recursos tecnológicos atuais, porém, antes não tão usados, e que atualmente tornou-se algo frequente para educação. Deste modo, o ensino remoto pode ser realizado através de plataformas digitais que favorecem ao desenvolvimento das temáticas em sala, se tornando algo itinerante e aproximando aluno/professor, salienta-se que o ensino remoto por ser algo emergencial, não é a mesma coisa do Ensino a Distância (EAD) (TEIXEIRA; NASCIMENTO, 2021).

Sabe-se que esse novo normal ainda teve obstáculos, principalmente na adequação dos docentes a esse método, bem como aos discentes que buscam se entrosar nessa nova ferramenta, onde a realidade social ainda implica em falta de estrutura para um sistema educacional de grande porte como as aulas digitais.

A qualidade da educação foi um tema preocupante, devido a necessidade dos alunos diante de aulas remotas, onde os docentes se dedicaram ainda mais do seu tempo para poder propiciar aos discentes, ensino de qualidade mesmo sabendo que a instituição educacional se prontifique a fazer o melhor, mas, sempre há desafios a serem vencidos.

Deste modo, o excesso de serviços remotos teve que se adequar à nova rotina dos professores, a fim de favorecer o ensino/aprendizagem com qualidade. A problemática é decorrente da adaptação dos docentes ao novo sistema de ensino remoto, que emplacou em decorrência da pandemia, onde as dificuldades, bem como

as inovações prejudicaram de certa forma o bom engajamento dos professores na aceitação do uso de tecnologias.

A necessidade de migrar rapidamente para o ensino remoto trouxe muitos desafios tanto para os alunos, como para os professores, e, para enfrentá-los, muitas adaptações e ajustes tiveram que ser feitos em pouco tempo. Os profissionais da educação tiveram que se capacitar e se adaptar em tempo recorde para a utilização de recursos tecnológicos digitais, antes não tão usados, e que de uma hora para outra tornaram-se frequentes no cotidiano de todos.

A problemática é decorrente da adaptação dos docentes ao novo sistema de ensino remoto, que emplacou em decorrência da pandemia, onde as dificuldades, bem como as inovações prejudicaram de certa forma o bom engajamento dos professores na aceitação do uso de tecnologias. Diante desse cenário, chegou-se à seguinte questão norteadora da pesquisa: **O que as produções científicas brasileiras abordam sobre o sistema de ensino durante o período da pandemia do Covid- 19?**

A presente revisão consolida-se como de literatura, visto que sua fundamentação se deu através da análise de publicações acerca do tema, onde os principais autores que embasaram o trabalho foram: Arruda e Nascimento (2021); Barreto e Rocha (2020); Bertusso et al., (2020); Cunha, Silva e Silva (2020); Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020); Grossi, Minoda e Francesca (2020); Palú (2020); Rondoni, Pedro e Duarte (2020); Sá, Narciso e Narciso (2020); Senhoras (2020); Vasques e Oliviera (2020).

Desse modo, o presente estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica, com finalidade de formular conteúdo teórico para o embasamento desta temática, e documental para endossar as informações que possibilitem descrever os resultados apurados da instituição analisada, sendo subdividido em cinco capítulos.

O primeiro descreve a metodologia, relatando o tipo de estudo e o diálogo com as fontes adquiridas por meio da pesquisa bibliográfica e dos documentos selecionados para revisão de literatura.

O segundo relata os impactos da pandemia na educação diante dos dispositivos legais, destacando a educação a distância, ensino remoto. No terceiro capítulo descreve a chegada das tecnologias da informação e comunicação nas escolas, destacando o capitalismo, a pandemia e a educação pública, bem como a cultura digital.

No quarto capítulo destaca os obstáculos das TDICs durante a pandemia, bem como apresenta os desafios das aulas remotas, e o apoio da família na pandemia. Esse capítulo ainda destaca a formação docente continuada, além de apresentar à docência antes, durante e pós pandemia, descrevendo as práticas pedagógicas e a conectividade dos professores durante o período pandêmico.

O quinto e último capítulo descreve as considerações finais acerca do tema, voltado à realidade local vivenciada durante a pandemia, logo, a experiência profissional durante o período pandêmico me levou a traçar essa temática, tendo em vista minha dificuldade em adaptar-me a essa nova realidade que fez com que essa modernização ocorresse de maneira bruta e com pouco apoio formativo dos órgãos competentes.

De maneira particular, objetiva-se neste estudo analisar os impactos causados pela pandemia do Covid-19 durante o processo de ensino e aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

Nessa sessão, será abordado o percurso metodológico que favoreceu o desenvolvimento contextual da presente revisão bibliográfica. Desse modo, será apresentado o tipo do estudo aplicado para obtenção de dados e análise dos dados que favorecem para o contexto teórico, por meio do diálogo com as fontes obtidas.

Portanto, ambas as etapas concretizam a busca dos resultados para que haja o embasamento teórico necessário para associar a realidade da análise documental prevista para a realização deste estudo.

Sendo assim, a metodologia consiste em dois embasamentos que repercutem na obtenção dos resultados propostos e a conclusão sobre o estudo diante dos objetivos descritos.

### **2.1 Tipo de Estudo**

A pesquisa em questão é bibliográfica, que consiste na realização de uma revisão de literatura, como afirma Pizzani et al. (2012, p. 54), a pesquisa bibliográfica pode ser entendida como “[...] a revisão de literatura sobre as principais teorias que

norteiam o trabalho científico” e o levantamento bibliográfico pode ser realizado “[...] em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes [...]”.

Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183) a pesquisa bibliográfica reflete a necessidade de “[...] colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas [...]”

A pesquisa bibliográfica auxilia o pesquisador a promover a veracidade dos dados por meio da análise, observando sempre a incoerência e contradições de cada obra. Desse modo, para conseguir obter dados deve-se compreender as fontes onde são obtidos, que podem ser primárias, secundárias e terciárias. Para Albrecht e Ohira (2000, p. 139-140):

[...] Fontes primárias - são aquelas que contém ou divulgam informações originais ou que apresentam, sob forma original, informações já conhecidas. As fontes primárias são as mais importantes, por representarem a grande produção técnica e científica da área. Nelas incluem-se: os livros, os periódicos e publicações seriadas, os preprints e anais de eventos, os relatórios técnicos, as normas técnicas, as teses e dissertações e as patentes. Fontes secundárias - são as que organizam, sob a forma de índices e resumos, as informações de fontes primárias, facilitando assim o conhecimento e o acesso às mesmas. As publicações englobadas nesta categoria, normalmente são designadas como “obras de referência”. [...] Fontes terciárias - são as que orientam o usuário para a utilização das fontes secundárias e primárias, facilitando localização e o acesso às informações. Elas representam o ponto de partida para as ações da coleta [...]

A pesquisa bibliográfica auxilia o pesquisador a promover a veracidade dos dados por meio da análise, observando sempre a incoerência e contradições de cada obra. A coleta de dados deu-se da seguinte maneira, inicialmente, após a definição do tema proposto, do levantamento da problemática, e dos descritores, utilizando as bases de dados selecionadas, para assim aplicar os critérios de inclusão e exclusão, onde foram analisados os estudos relevantes para essa revisão.

Para a realização da seguinte revisão literária, a suplementação dos dados foi feita através de artigos científicos, dissertações e teses, por meio de pesquisa eletrônica nas bibliotecas virtuais Scielo e Google Acadêmico, a fim de conseguir obter dados que possibilitasse o desenvolvimento teórico, onde a seleção ocorreu após leitura analítica minuciosa, por meio dos descritores: ensino remoto, pandemia, tecnologias, docentes e educação, durante o período de 2020 a 2022.

Sendo assim, chegou-se à seguinte questão norteadora: **O que as produções científicas brasileiras abordam sobre o sistema de ensino durante o período da pandemia do Covid-19?**

Os bancos de dados eletrônicos utilizados foram os Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico, para pesquisa de diferentes trabalhos. Desse modo, consideraram-se como critérios de inclusão artigos em português e publicados no período de 2020 a 2022, sendo inseridos artigos originais, estudos transversais e longitudinais, estudos de caso de caráter quantitativo e qualitativo, bem como de corte. Os de exclusão foram teses e artigos relacionados a revisões e incompletos que não atendiam a proposta do estudo analítico, disponíveis na íntegra.

Desse modo, foi realizada uma pesquisa detalhada e eliminatória de artigos que não fossem ou não se relacionassem especificamente à educação diante do contexto pandêmico. Foram localizados 56 artigos, dos quais 45 estudos foram descartados pela falta de coerência com a temática diante do objetivo da pesquisa, restando apenas 11 artigos que foram utilizados para tecer análises e reflexões. Após a leitura dos artigos realizamos a análise temática dos mesmos, nesse tipo de análise, o foco é o tema e suas possíveis relações, esse pode ser expresso em uma palavra, frase, resumo.

A partir dos descritores selecionados e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foi possível selecionar 11 artigos condizentes com a temática do estudo e que cumpriram com os critérios pré-estabelecidos para análise e discussão dos resultados. Na tabela 1, está descrita a relação de artigos selecionados para o estudo baseado em análise.

**Tabela I.** Relação de artigos científicos selecionados para análise

<b>AUTOR/ANO</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>OBJETIVO</b>
Arruda; Nascimento (2021)	Estratégias de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: um estudo de caso no 5º ano do Ensino Fundamental	Explorar através da análise de um Portfólio, as estratégias de ensino remoto utilizadas numa turma de quinto ano do Ensino Fundamental, evidenciando aspectos do ensino, da avaliação e da formação remota.
Barreto; Rocha (2020)	COVID 19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades	Apresentar os impactos do Covid-19 a educação.

Bertusso et al., (2020)	A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ensino de Ciências: um paradigma a ser vencido	Discutir a relação das TICs no ambiente escolar e se a utilização desses recursos melhora o ensino nas aulas de Ciências promovendo uma aprendizagem significativa.
Cunha; Silva; Silva (2020)	O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação	Discutir sobre a qualidade e o direito e acesso à educação a partir da organização do trabalho escolar das secretarias estaduais de educação no contexto de pandemia da Covid-19 no Brasil.
Cardoso; Ferreira; Barbosa (2020)	(Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto	Analisar como as adaptações realizadas no âmbito da educação para garantir o ensino durante a pandemia podem afetar determinada parcela dos alunos em piores condições socioeconômicas
Grossi; Minoda; Francesca (2020)	Impactos da pandemia da COVID-19 na Educação: com a palavra os professores	Compreender os impactos da pandemia da COVID-19 na educação, sob a perspectiva dos professores do Ensino Fundamental I da Rede de Ensino Privada de Belo Horizonte
Palú (2020)	Desafios da educação em tempos de pandemia	Apresentar como Pandemia do COVID-19 causou a alteração das atividades escolares e quais os modelos e estratégias foram adotadas tanto para a prática docente.
Rondoni; Pedro; Duarte (2020)	Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica	Refletir acerca dos impactos da pandemia causados pela COVID-19 na prática pedagógica docente.



Sá; Narciso; Narciso (2020)	Ensino remoto em tempos de pandemia: os desafios enfrentados pelos professores	Verificar e explicitar os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação e manutenção do ensino remoto em meio à situação de pandemia.
Senhoras (2020)	COVID-19 e Educação: Debates entre o Global e o Local	Explorar os impactos da COVID-19 no campo da Educação lato sensu.
Vasques; Oliviera (2020)	Iniciação científica na pandemia: uma análise dos estudos remotos ao ensino fundamental	Analisar a sistematização das 14 primeiras semanas dos estudos domiciliares da disciplina de Iniciação Científica, organizados pelo Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Fonte: <https://www.scielo.br/>. Acesso em 2023.

A pesquisa foi direcionada ao ensino remoto das séries iniciais do ensino fundamental da escola municipal Maria Holanda do município de Caaporã-PB. Partindo deste pressuposto, é indispensável associarmos a educação como componente importante para a resolução de diversas questões sociais e com valores democráticos, não só do ponto de vista dos conteúdos, como também da própria organização do ambiente escolar.

A tabela acima destaca os estudos analisados associados à parte documental sobre as aulas remotas durante o período pandêmico, onde ficou entendido que o sistema remoto é algo emergencial, mas, que pode ser utilizado nos dias atuais diante das necessidades educacionais. Entretanto, essa pesquisa também evidencia um estudo de análise documental, tendo como finalidade contribuir para respaldar o conteúdo teórico explícito no desenvolvimento.

[...] Com o intuito de contribuir para a utilização da análise documental em pesquisa, esse texto apresenta o processo de uma investigação. [...] São descritos os instrumentos e meios de realização da análise de conteúdo, apontando o percurso em que as decisões foram sendo tomadas quanto às técnicas de manuseio de documentos: desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise [...].(PIMENTEL, 2001, p. 179).

Sendo assim, a pesquisa documental consiste na análise do plano de retomada das aulas e Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Maria Holanda,

tendo por finalidade entender a realidade das aulas diante do contexto pandêmico. O desenvolvimento teórico foi composto de pesquisa bibliográfica, para elucidar o contexto explicativo, analisados por meio de análise do banco de dados com procedimentos de coleta baseados em documentos publicados.

Com relação à pandemia e o sistema de ensino municipal de Caaporã, município localizado no estado da Paraíba, que ficou disposto às normativas e decretos instaurados pelo governo estadual. Sendo assim a escola analisada disponibilizou documentações previstas que puderam direcionar o novo contexto educacional a ser regido por meio de informações destinadas a secretaria municipal, oriundas também da secretaria estadual, conforme realidade do estado e mediante determinações do governo federal.

Sendo assim, de acordo com o Decreto Nº 41010, de 07 de fevereiro de 2021, onde estabelece o Plano Educação Para Todos Em Tempos De Pandemia - PET-PB, que dispõe sobre o processo de retomada das aulas presenciais dos Sistemas Educacionais da Paraíba e demais instituições de Ensino Superior sediadas no território paraibano, como destaca o quadro a seguir:

**Tabela II.** Leis e Decretos implementados pelo estado da Paraíba durante a pandemia para o sistema de ensino

<b>LEIS E DECRETOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020	Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 , de 20 de março de 2020, em especial seu artigo 2º, que dispensa as instituições de ensino da educação básica da obrigatoriedade da observância dos 200 dias mínimos anuais previstos na LDB, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida pela referida legislação;
Resoluções CEE/PB nº 120/2020, nº 140/2020, nº 160/2020 e nº 220/2020	Orientam o Sistema Estadual de Educação em relação ao regime especial de ensino no que tange à reorganização das atividades curriculares, assim como dos calendários escolares, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de prevenção ao COVID-19, Considerando a necessidade de garantir as condições necessárias para a universalidade do acesso à educação por todos os alunos, em face da suspensão das atividades

	escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;
Parecer nº 5/2020 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 28 de abril de 2020	Dispõe sobre a Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19;
Parecer nº 11/2020 do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 07 de julho de 2020	Dispõe sobre as Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia;
Lei Estadual nº 11.682, de 04 de maio de 2020	Obriga a manutenção do fornecimento de alimentação escolar aos estudantes da Rede Pública Estadual de Ensino quando declarado Estado de Calamidade Pública com suspensão de aulas nas Escolas Públicas estaduais, e dá outras providências;
Portarias nº 418/2020 e 481/2020 da Secretaria de Estado de Educação e da Ciência e Tecnologia (SEECT)	Orientam a adoção, no âmbito da rede pública estadual de ensino da Paraíba, do regime especial de ensino, como medida preventiva à disseminação do COVID-19, e dá outras providências. Considerando o Protocolo Sanitário para o segmento da Educação, e suas atualizações, bem como a necessidade da retomada lenta e gradual das atividades educacionais presenciais de acordo com as recomendações mínimas de segurança sanitária;

Fonte: <https://www.legisweb.com.br/> . Acesso em: 2021

Esse Plano de Educação para todos em tempos de pandemia (PET-PB), se constitui de determinações para conseguir proporcionar ensino e aprendizagem, diante do momento de calamidade que o estado da Paraíba e o mundo, está passando e que precisa de regulamentações que possibilitem a educação em território paraibano, de acordo com a incidência de casos no estado.

[...] Art. 2º O PET-PB objetiva assegurar o retorno às aulas presenciais de modo seguro e dentro do panorama de convivência com a COVID-19, considerando os aspectos pedagógicos, administrativos, de infraestrutura e de proteção à saúde física e mental dos membros da comunidade escolar e dos profissionais da educação [...].

[...] Art. 3º O PET-PB é constituído por quatro fases que preveem a retomada progressiva ao ensino presencial nas redes de ensino públicas e privadas, a partir da adoção do modelo híbrido de ensino-aprendizagem, considerando as análises realizadas pelas autoridades sanitárias, a saber:  
 I - 1ª FASE: 70% Ensino Remoto + 30% de Ensino Presencial;  
 II - 2ª FASE: 50% Ensino Remoto + 50% de Ensino Presencial;  
 III - 3ª FASE: 30% Ensino Remoto + 70% de Ensino Presencial;

IV - 4ª FASE: 10% Ensino Remoto + 90% Ensino Presencial [...].

[...] § 1º A progressão das fases deverá ocorrer nos interstícios entre os semestres letivos, para que seja possível providenciar ações de ordem infraestrutural e de processos, com vistas a garantir as melhores práticas de segurança e perenidade das atividades educacionais num contexto pandêmico de médio e longo prazos [...].

[...] § 2º A organização das atividades educacionais presenciais deverá considerar a presença de grupos de no máximo 50% dos estudantes da turma convencional, considerando a reorganização das salas de aula e o distanciamento social de 1,5 metros entre os estudantes [...].

[...] § 3º Os grupos formados deverão ser fixos ao longo do ano letivo, sem alternâncias entre seus membros [...].

[...] § 4º Os professores deverão ser mantidos em turmas fixas, sempre que possível. Quando não for possível, a carga horária dos professores deverá ser organizada considerando semanas alternadas (ensino presencial e ensino remoto), sendo reforçada a proteção sanitária do profissional (PET-PB, 2021) [...].

Os decretos e leis instaurados pelo governo do estado diante da realidade territorial, foram essenciais para o direcionamento das escolas municipais e favoreceram o entendimento das determinações necessárias para se manter o ensino. Contudo, a realidade da escola acima citada, está correlacionada a situações difíceis onde as dificuldades diante dos decretos eram visíveis, tais como:

- Falta de recursos tecnológicos e didáticos necessários para o desenvolvimento das aulas remotas;
- Falta de internet disponível nas escolas para auxiliar os docentes, durante as aulas remotas;
- Dificuldade do docente em compreender essa nova realidade e se organizar diante desse novo contexto educacional;
- Falta de preparação pedagógica para que os docentes conseguissem obter uma melhor qualidade do ensino remoto;
- Falta de interação dos alunos, pela dificuldade de entendimento desse novo sistema de ensino emergencial;
- Falta de participação dos alunos diante da realidade familiar, que não dispõe de possibilitar o engajamento dos referidos nas aulas;
- Falta de estrutura financeira das famílias para manter um padrão de ensino coerente com a nova realidade instaurada diante da pandemia;
- Falta de análise por parte dos governantes para propor melhorias pedagógicas de apoio aos professores e alunos, para que muitos que não conseguissem obter o ensino necessário, conseguisse participar das aulas;

- A realidade familiar que não dispõe de estrutura e aparelhos eletrônicos suficientes para cada filho matriculado, tornou-se uma dificuldade para a presença na sala;
- A dificuldade de assimilação do conteúdo programático também foi uma realidade dos alunos;
- O aumento da carga horária de trabalho dos docentes, prejudicando a qualidade de vida;
- Problemas de saúde mental devido ao esgotamento dos docentes, por não conseguir separar trabalho e vida pessoal.

Esses pontos acima, destacam a realidade das dificuldades educacionais da escola analisada, bem como das demais escolas municipais, que seguiam o padrão de decretos que descreviam as normas durante o período pandêmico, visto que o sistema de ensino remoto não foi tratado de maneira igualitária pelas escolas, bem como pelos professores, mas, que foi feito o necessário para que os estudantes conseguissem diante de todos os obstáculos, dispor de educação levando em consideração, onde o sistema de ensino remoto não foi a melhor opção mediante a realidade estrutural das escolas municipais, logo, a educação tentou obter a qualidade necessária e a excelência esperada.

## **2.2 Dialogando com as fontes**

A análise será relacionada à parte documental seguida da pesquisa bibliográfica, mediante o uso das palavras chave: ensino remoto, pandemia, tecnologias, docentes e educação, visto que foram selecionados estudos durante o período de 10 de setembro a 30 de dezembro de 2022.

O isolamento social foi uma determinação sanitária de caráter Mundial que priorizava a amenização dos casos do covid-19, mas com essas necessidades também foram obtidos outros problemas relacionados a esse padrão mundial. Diante da análise dos estudos citados no quadro 1, foi possível identificar que o vírus favoreceu ao aumento dos casos no mundo, mas que está totalmente relacionado a vários âmbitos na vida humana, de maneira específica viu o sistema educacional de ensino.

Diante da realidade brasileira, onde as escolas não conseguem manter um padrão de excelência em comparação com países desenvolvidos e em desenvolvimento, visto que o Brasil não dispõe de estrutura física para proporcionar uma adequação concreta do ensino em período pandêmico. Essa realidade de desmotivação também foi evidenciada na escola analisada, visto que diante da série de obstáculos mencionados, possibilitam assim a uma dificuldade por parte dos estudantes onde a figura abaixo destaca uma realidade nacional, mas bastante evidente nesse contexto.

Essas dificuldades de aprendizagem repercutiram de maneira negativa no contexto educacional visto que durante o período pandêmico os estudantes não tiveram tanta facilidade, bem quanto como os professores de assimilar o novo sistema de ensino emergencial, o que favoreceu uma escassez de conhecimento na sala de aula, onde favoreceu a falta de socialização diante dos estudantes, e simplificou em problemas de saúde mental que são vistos nos dias atuais, mesmo com a volta do sistema de ensino presencial.

**Figura I.** Ensino remoto e a realidade educacional



Fonte: <https://veja.abril.com.br/educacao/na-sala-de-aula-os-efeitos-da-pandemia-ainda-se-fazem-sentir>

Os estudos citados no quadro 1 relatam a realidade do sistema de ensino remoto durante a pandemia, mas, não destacam com riqueza de detalhes as predestinações desse período, falasse do hiato, mas não se implica no que se fazer com o mesmo? Qual a nova realidade do pós-pandemia? O que os professores devem fazer para minimizar essas dificuldades dos alunos?

Nos estudos de Arruda e Nascimento (2021); Barreto e Rocha (2020); Bertusso et al., (2020); Cunha, Silva e Silva (2020); Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020); Grossi, Minoda e Francesca (2020); Palú (2020); Rondoni, Pedro e Duarte (2020); Sá, Narciso e Narciso (2020); Senhoras (2020); Vasques e Oliviera (2020) que relatam que a

pandemia apresentou a estrutura real de ensino, e que possibilitou novas expectativas metodológicas, prejudicou bastante os menos favorecidos, mas que de fato, existe uma lacuna a ser preenchida, que ainda não se tem noção de quando o Brasil, conseguirá resolver esse fato da educação.

### **3 OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Os impactos da pandemia na educação foram avassaladores, além de promover o enfrentamento da pandemia existiu a necessidade de buscar dispositivos legais que possibilitaram a volta do ensino, onde o ensino remoto ganhou ênfase diante da sua possibilidade de transformar um ensino emergencial como o ensino do futuro. As evidências diante dos desafios por meio dos professores durante as aulas remotas no período pandêmico, a família tornou-se essencial para esse processo, mas, a formação continuada para os professores ainda era uma dificuldade perante às exigências governamentais de educação nacional.

Tendo em vista a falta de estrutura de muitas famílias a recursos tecnológicos e da própria instituição de ensino no incentivo e viabilização de materiais e recursos para conseguir promover as aulas remotas de maneira eficaz e promissora aos professores. As práticas pedagógicas foram algo desafiador, tendo em vista as dificuldades não só de acesso às tecnologias, mas, de entendimento sobre elas, sendo assim, conectar os professores desconectados eram ponto crucial para o desenvolvimento de metodologias coerentes para a realidade vivenciada.

Neste capítulo destaca os impactos da pandemia do Covid-19 no sistema de ensino brasileiro, onde o enfrentamento a esse problema de saúde mundial foi algo atípico e que alavancou brechas na educação, mediante a realidade nacional dos alunos. Mesmo com dispositivos legais, a educação passou por situações adversas que o Ministério da Educação (MEC) não poderia prever, onde tiveram que favorecer medidas emergências de apoio aos docentes para conseguir efetivar o ano letivo, destaca-se também os desafios das aulas remotas, o ensino antes, durante e após a pandemia, com a volta das aulas presenciais e por fim o apoio da família diante dessa situação da educação, a formação docente continuada, as práticas pedagógicas e a conexão dos professores que ainda se encontram desconectados.

#### **3.1 Enfrentamento da pandemia na educação: os dispositivos legais**

Diante do contexto pandêmico que o mundo estava vivendo, a Organização Mundial da Saúde, recomendou que o Brasil adotasse como medida de prevenção a suspensão das aulas em todo território nacional. Baseado em necessidades emergenciais, o Governo através do MEC, instaurou medidas preventivas do Covid-19 nas escolas, baseada na Constituição Federal e favorecendo um novo método de ensino provisório, para atender essa situação atípica.

[...] Art. 205 A educação é um direito de todos e dever do estado e da família, com a participação e colaboração da sociedade, visando o desenvolvimento pleno, o preparo do sujeito para exercer a cidadania e para o mercado de trabalho [...] (BRASIL, 1988).

Sendo assim, mediante a esse regimento legal, onde obteve embasamento para decretos de enfrentamento a Covid-19, que foram publicadas leis (Tabela III) que serviram de orientações sobre o ensino de atividades curriculares em domicílio, como medida de isolamento social, para diminuir a propagação do vírus, e minimizar os casos nos hospitais que estavam sem condições de atender mais demandas, então o sistema de ensino, visando essa realidade favorece no sentido de recuar a propagação do vírus nas escolas.

**Tabela III. Legislação COVID-19 - Educação**

<b>DECRETOS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Portaria nº 343, de 17.3.2020	Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19.
Conselho Nacional de Educação - 20. 03. 2020	Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período de pandemia do COVID-19.
Resolução CEE BA n.º 27, de 25 de março de 2020	Orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino sobre o desenvolvimento das atividades curriculares, em regime especial.
Conselho Nacional de Educação - 28. 04. 2020	CNE aprova Diretrizes para escolas durante a pandemia. O documento apresenta orientações e sugestões para a educação básica e ensino superior.

**Fonte:** BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. COVID 19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar** - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020

Diante das legislações citadas para o ensino a distância nesse período de pandemia, nota-se que esse tipo de atividade não é recente, através do Decreto-Lei nº 1.044, artigo 2º de 21 de outubro de 1969 (BRASIL, 1969) já proporciona probabilidades de atendimento e o acesso de alunos a atividades curriculares como forma de compensação em ausência das aulas presenciais, só que em seus domicílios.

[...] A preocupação maior nesse momento é cumprir a quantidade de dias letivos e a nova forma de como o calendário escolar será reorganizado, considerando também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB 9394/96, que dispõe de uma carga horária de 800 horas para o ensino médio e fundamental distribuídos em 200 dias letivos. Já para o Ensino Superior, são 200 dias letivos, conforme artigo 47. No entanto, as medidas tomadas pelo governo do estado da Bahia estão justificadas no artigo 36 da mesma lei, no inciso 11, o qual afirma que a educação poderá ser exercida por meio de educação a distância ou presencial mediada por tecnologias, sendo essa modalidade supervisionada por uma equipe pedagógica e contida nos projetos pedagógicos [...] (BARRETO; ROCHA, 2020, p. 6).

Entretanto, com o parecer N° 53/2020 do Conselho Estadual de Ensino (CEE) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), esse conceito é relevante diante da comprovada emergência sanitária decorrente da pandemia mundial. Além disso, como medida de reconhecimento da lei (BRASIL, 1996), o artigo 32 afirma que:

[...] § 4º “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. E § 11º para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação:  
VI - cursos realizados por meio de educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias [...]. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).

Baseado nos documentos legais, o MEC considera a situação de pandemia como uma catástrofe mundial, não tendo precedentes na história pós guerra, e então a Proposta de Parecer do Conselho Nacional de Educação (Tabela IV) recomendou formas para minimizar os danos com a pandemia mundial no ensino fundamental e médio:

**Tabela IV.** Recomendações para o ensino fundamental e médio

<b>RECOMENDAÇÕES</b>
Aulas gravadas pela televisão organizadas pela escola de acordo com o planejamento de aulas e conteúdo ou via plataformas digitais de organização de conteúdos;
Sistema de avaliação realizado a distância sob a orientação das escolas e dos professores e, quando possível, com a supervisão dos pais acerca do aprendizado dos seus filhos;
Lista de atividades e exercícios, sequências didáticas, trilhas de aprendizagem por fluxo de complexidade relacionadas às habilidades e aos objetos de aprendizagem;
Orientações aos pais para realização de atividades relacionadas aos objetivos de aprendizagem e habilidades da proposta curricular;
Guias de orientação aos pais e estudantes sobre a organização das rotinas diárias;
Sugestões para que os pais realizem leituras para seus filhos;
Utilização de horários de TV aberta para levar programas educativos compatíveis com as crianças desta idade e orientar os pais para o que elas possam assistir;
Elaboração de materiais impressos compatíveis com a idade da criança para realização de atividades (leitura, desenhos, pintura, recorte, dobradura, colagem, entre outros);
Distribuição de vídeos educativos (de curta duração) por meio de plataformas on-line, mas sem a necessidade de conexão simultânea seguidos de atividades a serem realizadas com a supervisão dos pais;
Realização de atividades on-line síncronas, regulares em relação aos objetos de conhecimento, de acordo com a disponibilidade tecnológica;
Oferta de atividades on-line assíncronas regulares em relação aos conteúdos, de acordo com a disponibilidade tecnológica e familiaridade do usuário;
Estudos dirigidos com supervisão dos pais;
Exercícios e dever de casa de acordo com os materiais didáticos utilizados pela escola;
Organização de grupos de pais por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e outros conectando professores e as famílias;
Guias de orientação às famílias e acompanhamento dos estudantes

Fonte: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm). – (2020. p. 7-8).

A tabela acima, destaca formas educacionais de uso das tecnologias voltadas ao contexto da pandemia do Covid-19, tendo em vista a necessidade de ensino remoto, e em seguida de ensino híbrido, auxiliando as dificuldades dos professores mediante a inclusão digital.

No entanto, essa modalidade de ensino a distância e uso digitais no Brasil, era mais utilizada pelas Universidades, sendo bem aceitas devido a necessidade implicadas por esse tipo de ensino, no entanto para os alunos de outros níveis, se tornou algo diferenciado e com sérias dificuldades, principalmente para os docentes,

alunos e família, onde foram obrigados a se adequar a essa nova realidade de ensino/aprendizagem.

Os estudos elencados para essa pesquisa descreveram de modo geral a existência da tecnologia da comunicação e informação dentro do ambiente escolar, mas, de forma mal utilizada onde quando aconteceu o fato mundial de uma pandemia onde foi necessário tratar os alunos com ensino remoto do interesse público no desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas ao manuseio tecnológico a fim de estabelecer um elo entre aluno e professor diante de um cotidiano atípico que foi a pandemia do covid-19.

Assim, no estudo de Bertusso et. al., (2020) relata a importância do avanço tecnológico, e seu crescimento no contexto educacional, demonstra a fragilidade dos professores em acompanhar esse caminho na mesma velocidade que os alunos, tendo em vista que os discentes estão na era tecnológica, enquanto os docentes buscam se adequar a realidades ainda difíceis. No entanto, essa metodologia é bem aceita pelos alunos e professores, mas, ainda falta incentivo, suporte e infraestrutura para que possa ser utilizada largamente e, assim, contribua com a construção do conhecimento científico na Educação Básica.

Com a pandemia, o sistema de ensino brasileiro mediante as circunstâncias sanitárias, optou pelo ensino remoto emergencial. Nos estudos de Cunha, Silva e Silva (2020), bem como de Rondoni, Pedro e Duarte (2020), além de Sá, Narciso e

Narciso (2020), sem esquecer de Vasques e Oliveira (2020), confirmam que o ensino remoto consiste na atuação do ensino/aprendizagem em caráter emergencial, mas, que mesmo com a necessidade desta modalidade para o período pandêmico, nota-se a dificuldade por parte dos professores e alunos, isso traduz na dificuldade de ensino/aprendizagem.

Nos estudos de Cunha, Silva e Silva (2020) bem como de Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020) além de Sá, Narciso e Narciso (2020) corroboram que o ensino remoto é excludente e agrava a qualidade da educação pública e a desigualdade educacional, em razão de não garantir a aprendizagem, a qualidade e o direito e/ou a igualdade de acesso à educação para todos os estudantes.

Cardoso, Ferreira e Barbosa (2020) destacam ainda que se carece de planejamento educacional para obter um ensino remoto de qualidade, além das demais informações acima. Sá, Narciso e Narciso (2020) conclui esse pensamento que as dificuldades vão desde o preparo dos professores ao acesso às tecnologias.

No estudo de Rondoni, Pedro e Duarte (2020) descreve que apesar das dificuldades em transpor o ensino presencial para a modalidade remota e pela utilização das tecnologias digitais, o momento pandêmico é desafiador e enriquecedor para a prática pedagógica.

Arruda; Nascimento (2021) completa a fala de Rondoni, Pedro e Duarte (2020) destacando que à medida que o docente elabora seus instrumentos pedagógicos e os vai utilizando para refletir sobre a própria prática, o professor assume papel central na construção complexa que envolve o ato de educar.

Contudo, existe uma diferenciação entre sistema de ensino remoto e educação a distância, visto que ambos favorecem o desenvolvimento do ensino no Brasil, um mais elaborado como a educação a longo alcance através de plataformas virtuais e o outro que foi utilizado de maneira emergencial, sem base e estrutura para conseguir abordar de maneira interessante todos os públicos do sistema de ensino brasileiro.

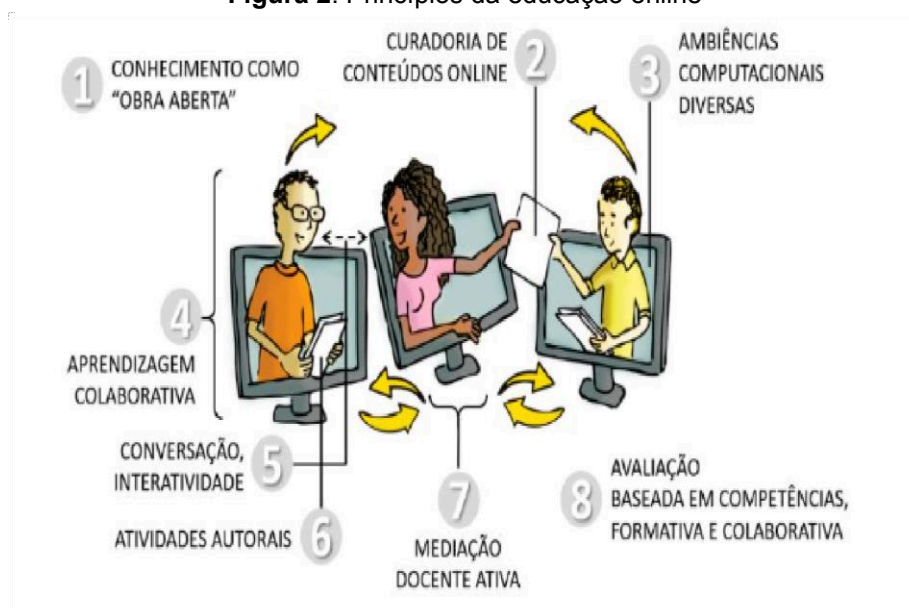
### **3.1.1 Educação a distância**

A modalidade de ensino a distância é algo antigo na legislação brasileira, porém utilizado no ensino superior, por ser um sistema de ensino onde professores e alunos estão juntos no ambiente virtual, mais separados fisicamente, fazendo uso das TIC, para manter o processo de aprendizagem curricular dos discentes, o que irá favorecer ao crescimento de profissionais independente de região e diante de suas necessidades específicas de atendimento educacional.

[...] A educação a distância rompe com a relação espaço/tempo, que tem caracterizado a escola convencional, e se concretiza por intermédio da comunicação mediada, por meio da mídia. Diferentemente de uma situação de aprendizagem presencial, onde a mediação pedagógica é realizada pelo professor em contato direto com os alunos, na modalidade a distância a mídia torna-se uma necessidade absoluta para que se concretize a comunicação educacional [...] (MORAES; PEREIRA, 2009, p. 65).

A globalização fez acender no Brasil a necessidade da educação a distância, a fim de estabelecer formação inicial e continuada que possa ajudar na capacitação profissional para o meio social contemporâneo, no entanto, para Moraes e Pereira (2009) o ensino a distância é uma formação profissional em país demograficamente grandes e com desigualdades sociais, favorecendo assim ao crescimento da qualificação profissional.

**Figura 2.** Princípios da educação online



**Fonte:** PIMENTEL, M.; CARVALHO, F. da S. P. Princípios da Educação Online: para sua aula não ficar massiva nem maçante! **SBC Horizontes**, maio 2020. Disponível em: <http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/23/principios-educacao-online/>. Acesso em: 22 de outubro de 2022.

Freire (1987, p. 34) destaca ainda que esse tipo de ensino é uma classificação bancária, onde submete os estudantes “à memorização mecânica do conteúdo narrado”. Mais ainda, a narração transforma-os em “vasilhas”, recipientes a serem “enchidos” pelo educador”. Nesse caso é um ambiente virtual onde o professor profere sua fala e o aluno só ouve, não tendo interação social, como na sala de aula presencial, o que leva a entender que o ensino é algo inconsistente com o que se prega (KENSKI, 2010). O ensino a distância tem seus pontos negativos e positivos, como destaca o Tabela 5.

**Tabela V.** Pontos fortes e fracos das tecnologias

METODOLOGIA	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Texto impresso	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pode ser barato;</li> <li>● Confiável;</li> <li>● Traz informação densa;</li> <li>● Controlado pelo aluno;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Pode parecer passivo;</li> <li>● Pode precisar de maior tempo de produção e ter custo elevado;</li> </ul>
Gravações	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Dinâmicas;</li> <li>● Proporcionam a experiência indireta;</li> <li>● Controladas pelo aluno;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Muito tempo de desenvolvimento / custos elevados;</li> </ul>



Teleconferência	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interativa;</li> <li>• Imediata;</li> <li>• Participativa;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Complexidade;</li> <li>• Não confiável quanto à transmissão;</li> <li>• Programável.</li> </ul>
Aprendizado Por Computador e Baseado Na Web	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Interativo;</li> <li>• Controlado pelo aluno;</li> <li>• Participativo;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tempo de desenvolvimento/Custo elevado;</li> <li>• Necessidade de equipamentos e conexão à rede;</li> <li>• Certificação de confiabilidade;</li> </ul>

Fonte: MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação à distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007

Esses pontos traduzem a realidade o que deve ser melhorado para cada necessidade do professor, mas também serve para ligar um alerta de como o ensino a distância pode ainda ser mais evoluído, de maneira a realmente suprir as necessidades dos docentes. O MEC conceitua a EAD (Ensino a Distância) como uma forma de “[...] ensino que possibilita a autoaprendizagem, com a mediação de recursos didáticos [...] organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados, e veiculados pelos diversos meios de comunicação [...]” (BRASIL, 1998, p. 1). Sendo assim, a legislação para educação a distância consiste em alguns decretos e portaria como destaca na tabela VI.

**Tabela VI.** Portarias e Decretos correspondentes ao ensino a distância

PORTARIA/DECRETO	DATA	OBJETIVO
Portaria no 2.253	18 de outubro de 2001	Regulamenta para as instituições de ensino superior presencial a capacidade de integralizar na carga horária dos cursos até 20% a distância (revogada).
Portaria no 4.059	13 de dezembro de 2004	Estabelece novas diretrizes para a modalidade semipresencial.
Decreto no 5.622	19 de dezembro de 2005	Regulamenta o Art. 80 da Lei no 9.394/96 e estabelece novas diretrizes para a educação a distância, em que a aprendizagem passa a ser definida como resultado de um processo midiático interativo que

		envolver professores e alunos.
--	--	--------------------------------

Portaria MEC nº 1.134	10 de outubro de 2016	Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial.
Decreto 9.057/2017	25 de maio de 2017	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Portaria MEC 1.428/2018	28 de dezembro de 2018	Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial.
Portaria MEC nº 2.117	06 de dezembro de 2019	Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

**Fonte:** KLINCZAK, M. N. M. Análise do Perfil do Ingresso na Educação a Distância no Brasil. **Revista Eixo** - Especial Educação Híbrida no Mundo Contemporâneo.2018.

As leis acima destacam a implantação da modalidade de ensino a distância, descrevendo sua evolução para melhorar o contexto educacional brasileiro de ensino, para atender à realidade dos alunos e para conseguir obter ensino/aprendizagem de qualidade.

Segundo Arruda e Arruda (2015, p. 334) a educação a distância não se torna um espaço virtual democrático, por não se apresentar dados coerente que expliquem sobre a sua propriedade e importância das especificidades de seus alunos, tendo em vista que “[...] ela é recomendada como forma de interiorizar a educação e ampliar o acesso da população [...]”.

[...] O professor e especialista em gestão pública Renato Casagrande diz que o uso das novas tecnologias como forma de ensino aprendizagem é uma ferramenta já utilizada no ensino superior e, em tempos de pandemia, serve como reparação de danos aos alunos durante a propagação do vírus. Entretanto, o uso dessas mesmas tecnologias na educação básica é um problema maior, porque as escolas não estão preparadas, mas ele defende que as instituições de ensino mais rapidamente devem utilizar e se adaptar a essas novas tecnologias. Em contrapartida, deparamo-nos com mais um problema, para que essas práticas sejam efetivas e democráticas, ele defende que é necessário que todos os alunos tenham acesso à internet. Em 2018, segundo pesquisa TIC domicílio, 30% dos lares brasileiros não

possuem internet, na sua maioria as residências de pessoas mais pobres [...] (BARETO; ROCHA, 2020, p. 9).

Sendo assim, para Casagrande (2020) a rede privada consegue se adequar melhor a necessidade de ensino a distância, por que a demanda de recursos financeiros é ágil, do que para rede pública, que existe uma estruturação, não só financeira, mas social, sendo mais difícil a adequação, sentindo maiores impactos com esse método durante o período pandêmico.

### 3.1.2 Ensino remoto

A educação transmite através de métodos o desenvolvimento cognitivo e processual do ser humano. Para Wandscheer (2020, p. 235) “[...] o desenvolvimento é mérito sem dúvidas da escola, a qual ocupa um espaço na vida de muitas pessoas de forma imprescindível [...]”. Sendo assim, a contextualização escolar favorece que o desenvolvimento do aluno no ambiente institucional seja propício para viver em sociedade.

[...] o ensino presencial físico (mesmos cursos, currículo, metodologias e práticas pedagógicas) é transposto para os meios digitais, em rede. O processo é centrado no conteúdo, que é ministrado pelo mesmo professor da aula presencial física. Embora haja um distanciamento geográfico, privilegia-se o compartilhamento de um mesmo tempo, ou seja, a aula ocorre num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial. A comunicação é predominantemente bidirecional, do tipo um para muitos, no qual o professor protagoniza videoaula ou realiza uma aula expositiva por meio de sistemas de webconferência. Dessa forma, a presença física do professor e do aluno no espaço da sala de aula geográfica são substituídas por uma presença digital numa sala de aula digital. No ensino remoto ou aula remota o foco está nas informações e nas formas de transmissão dessas informações [...] (MOREIRA; SCHLEMMER, 2020, p. 9).

O ensino remoto é o método de ensino que preconiza a interação do aluno professor em tempo real, ou seja, os mesmos horários em que as aulas da disciplina ocorrem no modelo presencial. Sendo assim, o ensino remoto, ficou mais conhecido na pandemia, por ser associado ao ensino presencial, dando origem ao ensino híbrido. A adequação desta metodologia se preconizou de maneira inesperada com a pandemia do Covid-19, a fim de estabelecer ensino aos alunos que se encontravam sem condições de estudar devido ao isolamento social, sendo uma maneira emergencial de voltar às atividades educacionais no Brasil.

[...] A educação em Período Remoto está sendo algo totalmente inovador, desafiador. Jamais poderíamos imaginar que um dia nos afastaríamos de tal forma que nosso meio de interação seria a tão temida tecnologia. Mesmo com tantos empecilhos e descrenças, fomos encontrando estratégias e subsídios

para nos apropriar e compreender esse novo cenário da educação. Este é o assunto com o qual queremos conversar com vocês a partir desse momento [...] (WANDSCHEER, 2020, p. 236).

Deste modo, em 2020 foi criado o Projeto de Lei nº 4.816 que dispõe sobre normas regulamentadoras sobre a relação laboral entre estabelecimentos de educação básica e de Educação Superior, bem como de seus professores para atuar com o ensino remoto realizado por meios digitais em substituição ao ensino presencial.

[...] Art. 2º - os estabelecimentos particulares de educação básica e de educação superior que adotem, em substituição ao ensino presencial, nos termos da legislação pertinente, o ensino remoto, realizado por meios digitais, ou o ensino híbrido, isto é, em parte presencial e em parte remoto, deverão no que se refere à atuação dos docentes no ensino remoto. I - regular a prestação de serviços por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office ou trabalho remoto, preferencialmente por meio de negociação coletiva, acordo coletivo, e por contrato de trabalho aditivo por escrito, tratando de forma específica sobre a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e da infra estrutura do trabalho remoto, bem como o reembolso de eventuais despesas a cargo da(o) empregada(o), nos termos do art. 75-D da CLT, e demais aspectos contratuais pertinentes à prestação de serviços por meio de plataformas virtuais, trabalho remoto e/ou em home office;

III - regular a conversão de aulas presenciais em aulas gravadas, por meio de aditivo contratual, com garantia de irredutibilidade salarial;

IV - regular a quantidade máxima de alunos por turma nos mesmos limites das turmas presenciais, não sendo permitido o acúmulo de turmas de campus ou unidades educacionais distintas;

XX - adotar modelos de etiqueta digital em que se orientem alunas(os), responsáveis e supervisoras(es) sobre o respeito à liberdade de expressão e de cátedra, bem como a proibição de atos de intimidação sistemática (assédio moral, bullying), nos termos dos artigos 3º e 4º da Lei nº 13.185/15, que podem vir a caracterizar crimes e contravenções previstas no Código Penal [...] (Lei nº 3.914, de 9 de dezembro de 1941).

Ainda em complemento a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do Covid-19, explicando ao mesmo tempo o Art. 1º, parágrafos II, III, IV e VI, bem como o Art. 2º, parágrafos I e II:

[...] Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

II - Será de responsabilidade das instituições a definição dos componentes curriculares que serão substituídos, a disponibilização de recursos aos alunos que permitam o acompanhamento das atividades letivas ofertadas, bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput.

III - No que se refere às práticas profissionais de estágios ou às práticas que exijam laboratórios especializados, a aplicação da substituição de que

trata o caput deve obedecer às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, ficando vedada a substituição daqueles cursos que não estejam disciplinados pelo CNE.

IV - A aplicação da substituição de práticas profissionais ou de práticas que exijam laboratórios especializados, de que trata o § 3º, deve constar de planos de trabalhos específicos, aprovados, no âmbito institucional, pelos colegiados de cursos e apensados ao projeto pedagógico do curso.

VI - As instituições deverão comunicar ao Ministério da Educação - MEC a opção pela substituição de atividades letivas, mediante ofício, em até quinze dias após o início destas.

Art. 2º Alternativamente à autorização de que trata o art. 1º, as instituições de educação superior poderão suspender as atividades acadêmicas presenciais pelo mesmo prazo.

I - As atividades acadêmicas suspensas deverão ser integralmente repostas, para fins de cumprimento da carga horária dos cursos, conforme estabelecido na legislação em vigor.

II - As instituições poderão, ainda, alterar o calendário de férias, desde que cumpram a carga horária dos cursos, consoante estabelecido na legislação em vigor [...].

Compreendemos que o documento está estritamente relacionado à BNCC (2018) o qual destaca para o uso das tecnologias em sua quinta competência geral:

[...] Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva [...] (BRASIL, 2018, p. 11).

Seguindo as necessidades educacionais brasileiras promovidas por projetos de leis, foi o que engrandeceu o ensino remoto, a fim de restaurá-lo de maneira emergencial durante a pandemia, o que ajudou no sistema de ensino nacional a não privar a educação dos alunos. Arriada e Ramos (2013, p. 49) asseguram que “[...] é preciso perceber as qualidades, habilidades, sensibilidades e múltiplas experiências que as novas gerações estão vivenciando nas interações que estabelecem nos ambientes digitais [...]”.

Diante da realidade do período pandêmico, houve assim a necessidade de uma forma pedagógica que possibilitasse o cumprimento do ensino, sendo assim, o ensino remoto, estabilizou a realidade educacional diante das impossibilidades do ensino presencial devido a pandemia do Covid-19.

#### **4 CHEGADA DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO E NAS ESCOLAS**

A chegada das tecnologias da informação e comunicação na sociedade favoreceu o capitalismo através do processo de industrialização. A sociedade busca sempre por melhorias e alternativas que viabilizem o tempo e a produtividade nos meios de produção, também, objetivou conseguir melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Devido às necessidades capitalistas que foi inserida a educação pública, mas, diante de tantas exigências educacionais ao longo dos anos, houve também a necessidade de ampliar metodologias educacionais qual relacionadas ao crescimento evolutivo da sociedade, voltada ao nível capitalista populacional. No entanto, a educação brasileira tornou-se refém do capitalismo que impõe determinações necessárias para impulsionar o desenvolvimento educacional mesmo com tantas falhas no sistema de ensino, desde o financeiro como o estrutural.

Deste modo, esse capitalismo cresceu de forma avassaladora onde com a pandemia prejudicou o andamento das instituições de ensino, bem como de outros setores da economia mundial e implicou também diretamente na educação pública do Brasil e do mundo.

A tecnologia da comunicação e informação favoreceu a cultura digital, instaurada de forma hábil dentro das escolas nos tempos atuais, favorecendo o crescimento tecnológico das escolas, bem como do corpo docente e dos discentes, que anseiam por uma cultura digital que melhore as condições do ensino.

Neste capítulo será destacado a nova forma de estruturação do capitalismo, onde a sociedade busca por constantes inovações tecnológicas que possam favorecer o custo/benefício e o consumismo desenfreado social. Essa tecnologia vem em volta a era da informação e comunicação conhecida como TIC, a fim de estabelecer laços de avanço nas necessidades da sociedade e seguindo por caminhos educacionais como maneira de aprimorar o impulso educacional brasileiro.

#### **4.1 Capitalismo, Pandemia e Educação Pública Brasileira**

Em 31 de dezembro de 2019 o mundo se alertava com a Organização Mundial da Saúde (OMS), “[...] sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos [...]” (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE, 2020). No entanto, em janeiro de

2020 trouxe consigo um alerta onde “[...] as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus”, o que se formava “[...] uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020).

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, devido ao alto nível de contaminação e o avanço em nível mundial (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE, 2020). A contaminação do Covid-19 foi algo surpreendente para o mundo, por ser um vírus de alto alcance de contaminação e propagação, o que favoreceu a números inexplicáveis de pessoas contaminadas e mortas.

O auge da pandemia começou no primeiro semestre de 2020, onde tudo era novidade, as autoridades médicas só sugeriam o uso de máscara, álcool em gel 70% e o distanciamento social, como medidas preventivas. Mesmo com tantos informes básicos de como evitar a contaminação, o mundo não tinha noção da gravidade do vírus do Covid-19, a força dele chegou com números alarmantes de casos e óbitos em todo o mundo, como destaca a Figura 3.

**Figura 3.** Coronavírus no mundo



Fonte: <https://www.poder360.com.br/> .Acesso em: 2020.

O Brasil foi um dos países com mais casos de Covid-19, seguindo próximo de grandes potências mundiais, no entanto, na América Latina ele se destacou em primeiro lugar com índice de casos e mortes. Os brasileiros sofreram com a contaminação, a falta de estrutura até para manter o isolamento social, além de serem muito afetados na economia, educação e no contexto de saúde pública.

Esses dados favorecem o entendimento de que o isolamento social era algo importante no momento a se fazer, mas, a infraestrutura das cidades, não dispunha

de total adequação para essa fase tão atípica. O que prejudicou de maneira firme o sistema de ensino brasileiro. Esse isolamento impulsionou a ativação concreta das TIC's, de uma maneira nunca utilizada nas escolas públicas, só que de maneira breve e sem treinamentos.

Para Dardot e Laval (2016, p. 7), “[...] O capitalismo é indissociável da história de suas metamorfoses, de seus descarrilamentos, das lutas que o transformam, das estratégias que o renovam [...]”. O capitalismo é algo desenfreado que busca envolver a sociedade e suas necessidades, onde a tecnologia é algo em avanço e que sempre busca inovações para poder suprir a precisão do contexto social. Sendo assim, quando se trata de pandemia, se dirige a economia, educação, saúde e políticas públicas que possam ajudar nesse contexto.

[...] O capitalismo mostra desigualdades nas sociedades, colocando no centro o debate necessário sobre o papel do Estado. Perder um emprego, cuidar da saúde ou não conseguir um meio de vida diário é um pesadelo potente em estados onde o mercado é o grande alocador de recursos, também sob o governo das direitas liberais e globalistas [...] (BURIAN, 2020, p. 32).

Com a pandemia, as grandes e pequenas empresas, ou até mesmo micro empreendedores, sofreram com a situação financeira que prejudicou boa parte da população, no entanto, era algo viável e que impulsionou ações ágeis de como voltar alguns setores, como a educação, pois a saúde estava num caos de esgotamento dos funcionários, e a falta de leitos suficientes, foi um momento crucial para o Sistema Único de Saúde (SUS) que está se restabelecendo em 2022.

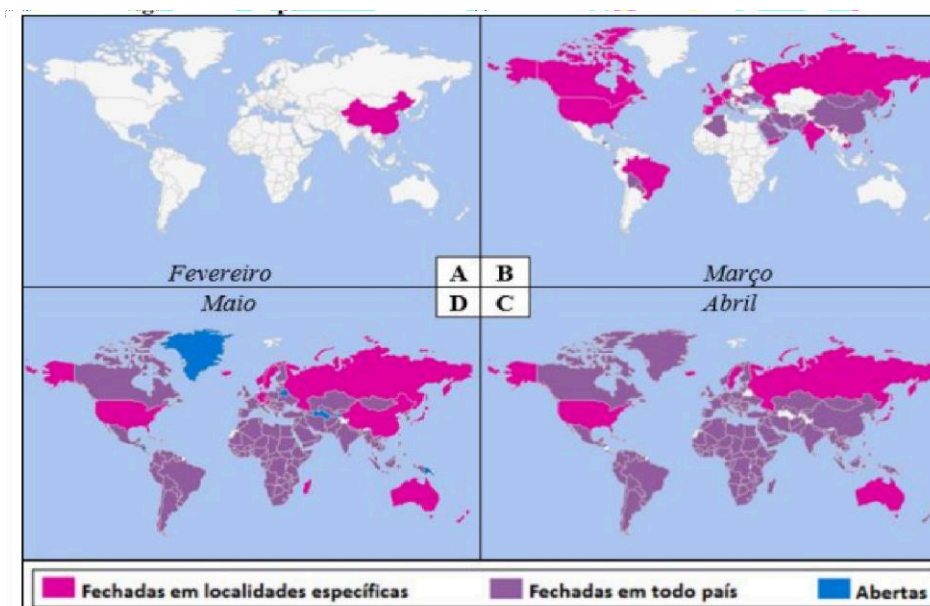
[...] Somente políticas públicas efetivas poderão contribuir para a melhoria dos sistemas de saúde, para o financiamento de pesquisas que possam encontrar uma vacina, para o desenvolvimento de programas sociais e educacionais que deem conta da realidade que estamos enfrentando e iremos vivenciar no pós-pandemia [...] (PALÚ, 2020, p. 92).

O sistema de ensino brasileiro teve que associar metodologias que antes não eram utilizadas com tanta frequência e teve que instalá-las de maneira imediata devido à grande necessidade de educação durante o período pandêmico.

Com a regressão do Covid-19, com o alargamento das táticas de isolamento social, as localidades e regiões começam a reabertura social por etapas, logo, as modalidades de ensino brasileiro voltar a atuar de modo presencial, de princípio até conseguir abrir totalmente os estabelecimentos escolares (Figura 4).

Entretanto, a dinâmica internacional da COVID-19 obedece a seguinte lógica: primeiro a fase de difusão do vírus desde a China e ingressando em outros países, a segunda etapa é a maturação do Covid-19 em cada país, como ele avança e suas peculiaridades, já na terceira é a regressão dos casos, o que favoreceu o contexto educacional brasileiro, mas, houveram sinais negativos nessa continuidade após regressão do vírus, por que tudo deve se adequar as “[...] conformidades e as especificidades epidemiológicas, demográficas, infraestruturais e socioeconômicas de cada país, região e localidade [...]” (SENHORAS, 2020, p. 131).

**Figura 4.** Mapa situacional das unidades educacionais no mundo



Fonte: SENHORAS, E.M. **COVID-19 e Educação: Debates entre o Global e o Local**. Boa Vista: Editora da YFRR, 2020.

Esse ciclo pandêmico adoeceu o contexto educacional mundial, mas, no Brasil por não ser um país de primeiro mundo favoreceu que a pandemia afetasse de maneira distinta professores e estudantes de diferentes níveis e modalidades de ensino e de diversas faixas etárias, com o passar do tempo as diferenças foram se acentuando o que ajudou a estabilizar a inconsistência educacional, decorrentes da “[...] falta de trilhas de aprendizagem alternativas à distância, quanto, das lacunas de acessibilidade de professores e alunos a Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para promoção do Ensino a Distância (EAD) [...]” (SENHORAS, 2020, p. 131).

As TICs são um recurso de apoio educacional voltado ao uso da tecnologia como uma ferramenta de desenvolvimento do ensino e aprendizagem, tendo em vista

a motivação dos alunos diante da realidade global de uso constante da tecnologia em todas as áreas da vida humana.

Sendo assim, a pesquisa foi direcionada aos impactos causados pela pandemia do Covid-19 na educação, visto que as novas práticas pedagógicas voltadas a esse período, tratou-se do ensino remoto, sendo um sistema de ensino utilizado de forma emergencial, mas, não de maneira que substituísse o ensino presencial. Esses impactos foram identificados de maneira perceptível, visto que a atuação da autora na sala de aula das séries iniciais do ensino fundamental da escola municipal Maria Holanda do município de Caaporã-PB.

Partindo deste pressuposto, é indispensável associarmos a educação como componente importante para a resolução de diversas questões sociais e com valores democráticos, não só do ponto de vista dos conteúdos, como também da própria organização do ambiente escolar, isso voltado a políticas públicas que se reconfiguram de acordo com as necessidades da sociedade e da educação.

Neste contexto, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria Holanda, preocupa-se em oferecer uma educação de qualidade, com o propósito de estabelecer conjuntamente parcerias eficazes entre a escola e a comunidade escolar, a fim de garantir a formação coerente de seus alunos ao longo da escolaridade. Desta forma, foi elaborado coletivamente o Projeto Político Pedagógico que servirá de guia de orientação, tornando-se bases para discussões e estabelecimentos de projetos educativos singulares e diversos.

Deste modo, segundo o PPP da escola Maria Holanda, o ensino remoto foi a maneira de adaptar-se de forma rápida e enfática ao momento pandêmico vivenciado nos anos de 2020 – 2021, que impôs mudanças radicais no processo de ensino aprendizagem, bem como o desenvolvimento das relações sociais.

Portanto, devido ao momento pandêmico vivenciado no decorrer do ano de 2020, não foi possível a realização de projetos no âmbito escolar e foram suspensas todas as palestras devido a pandemia. A sustentação das práticas pedagógicas foi realizada pelo básico para conseguir concluir o ano letivo. Para implementar de forma efetiva essa proposta sugeriu-se a toda comunidade escolar que cumprissem com as seguintes determinações:

Que as atividades fossem realizadas com o apoio da família durante o isolamento social, além de se ter o contato direto entre pais/mestres/escola, a fim de possibilitar os laços de apoio e supervisão do ensino. As aulas gravadas foram uma

maneira ativa de melhorar a questão do pouco tempo dos professores para conseguir suprir as necessidades de atendimento dos alunos por meio de redes sociais e do celular, etc.

O sistema de avaliação também foi modificado durante a pandemia, as avaliações eram realizadas a distância com a orientação dos professores que eram supervisionados pela supervisora e coordenadora educacional, bem como dos pais que notavam o desenvolvimento da aprendizagem dos filhos.

As atividades e exercícios complementares, eram elaborados por meio de sequências curriculares que possibilitaram a aprendizagem diante das habilidades e objetivos, sob a orientação dos pais, para observar se todos os alunos estavam fazendo corretamente o que se pedia.

Para maior concentração nas aulas, os professores junto com o apoio da SEDUC, solicitou aos pais a compreensão para se montar uma rotina organizacional para que os alunos conseguissem se dedicar melhor aos estudos. O incentivo durante a pandemia se voltou de casa para a escola, onde os pais puderam concretamente se fazer presente na escola sem ao menos pisar no local, promovendo assim aos filhos o contato direto com os pais no cotidiano escolar.

Há casos, que os pais não alfabetizados tinham uma maior dificuldade em apoiar os filhos, para isso foi pensado em material de áudio e vídeo, de maneira que os pais se sentissem entrosados na rotina escolar das crianças. Os materiais impressos, seguiam a compatibilidade dos alunos segundo faixa etária, isso poderia variar desde leitura, desenhos, pintura, recorte, dobraduras, colagem, entre outros.

As atividades impressas eram elaboradas por ciclos que tinham duração de 15 dias de atividades para que os alunos pudessem acompanhar o desenvolvimento educacional curricular adaptado a essa nova realidade da pandemia. Além disso, foi estabelecido o uso de vídeos educativos com pouca duração por meio de plataformas online, para auxiliar na resolução das atividades impressas, sempre com a supervisão dos pais.

Todavia, todas as frequências foram realizadas por meio de planilha unificada para poder estabelecer o entendimento de qual aluno está em frequência ativa nas aulas e os ausentes, favorecendo assim, o entendimento de buscar metodologias que possibilite chegar a todos os alunos da sala sem exceção.

Nesse período de aulas remotas, as atividades propostas foram de fácil entendimento e resolução, tendo como objetivo apoiar a família ou responsáveis

durante esse processo, compreendendo que estes são mediadores e não substituem a atividade profissional do professor, sendo essas as decisões tomadas para o período pandêmico diante do contexto educacional das séries iniciais do ensino fundamental da Escola Municipal Maria Holanda.

Por fim, resultou-se que o ensino remoto foi uma estratégia de ensino imposto pelo Governo Federal para que mediante o período pandêmico os alunos não ficassem sem ensino.

No entanto, as séries iniciais do ensino fundamental, fizeram o possível mediante determinação do Ministério da Educação, contudo, não tiveram formação adequada para conseguir se adaptar a essa modalidade de ensino atípico, além dos professores estarem esgotados com as cargas horárias excessivas e com a volta do ensino presencial, puderam notar a lacuna que deve ser preenchida devido ao ensino remoto que não foi tão consistente o quanto se esperava devido da falta de estrutura social das famílias.

#### **4.2 Tecnologias da comunicação e informação**

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são mediadoras no processo de comunicação e com o surgimento da internet, favoreceu ao contexto de informação, através do uso de hardware, software e telecomunicações, que proporcionam funcionalidades que ajudam a otimizar a comunicação em empresas, bem como na saúde, educação, entre outros ambientes profissionais.

As TICs se aliam às metodologias educacionais, sendo parte essencial da educação presencial, mas obtêm mais relevância na educação a distância. Para Filatro (2007) as TICs são pertinentes aos processos de produção, armazenamento, recuperação e utilização da informação. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) existem condições necessárias para conseguir implementar as TICs no ambiente educacional, como destaca a tabela abaixo.

**Tabela VII.** Condições para implementar a adoção das TIC em uma organização educacional

<b>CONDIÇÕES</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Visão Compartilhada	Há uma liderança proativa e suporte administrativo que permeia toda a organização

Acesso	Professores e funcionários técnico-administrativos têm acesso a hardwares, softwares e redes de telecomunicações.
Docentes Capacitados	Professores habilitados para o uso de tecnologia em processos de ensino-aprendizagem
Desenvolvimento Pessoal	Professores e funcionários técnico-administrativos contam com programas de desenvolvimento profissional para apoiar a adoção de tecnologia em controles acadêmicos e na relação de ensino-aprendizagem
Assistência Técnica	Há disponibilidade de assistência para manutenção e uso da tecnologia
Recursos didáticos e relação com conteúdo programático	Docentes têm conhecimento suficiente na sua área de atuação quanto às diretrizes curriculares e metodologias adequadas ao seu campo de conhecimento
Aluno como sujeito integrado num processo dialógico	O contexto e o aluno são considerados na elaboração de projetos didático-pedagógicos que adotam as TIC. A participação crítica do estudante é valorizada.
Avaliação	A avaliação permanente é realizada para checar a efetividade do uso da tecnologia, especialmente na relação de ensino/aprendizagem.
Relação com a comunidade	A organização educacional é aberta à comunidade para utilização de recursos, prestação de serviços e apoio na adoção das TIC, numa relação de reciprocidade.
Políticas de suporte	As políticas, tais como plano de carreira e sistemas de reconhecimento, incluem e apoiam, de forma diferenciada, a adoção de tecnologia

Fonte: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/ia/about>. Acesso em: 2002.

No entanto, para fazer uso da TIC's deve-se levar em consideração que existem pontos relevantes para que seu funcionamento seja adequado e coerente com sua utilização nas instituições de ensino.

[...] Acesso amplo, e de múltiplas formas, de todos os cidadãos à educação. Uma educação não apenas oferecida em locais específicos, mas em todos os lugares; A utilização plena e a expansão ampla de formas de veiculação da informação e de engajamento efetivo de todos no processo educacional, elaboração de programas de alcance ampliado de educação em geral e de estímulo à participação da sociedade como um todo; A reorganização estrutural do sistema e das instituições educacionais de forma a atender a todas as novas necessidades sociais, políticas e econômicas; A formação e o aperfeiçoamento permanentes de professores e profissionais de outras áreas educacionais para uma atuação visando ao desenvolvimento crítico global e à vontade de aprender; A educação é entendida como um processo de ensino que

busca o fortalecimento da pessoa, sua participação social, a visão crítica diante do mundo, o autoconhecimento e sua autonomia na construção e na busca do conhecimento;

Estabelecimento no plano de interconexões educacionais; [...] (KENSKI, 2003, p. 97).

O uso da tecnologia da comunicação e informação no ambiente educacional favoreceu antes mesmo do período pandêmico, ainda pouco utilizada, pela falta de instrução dos docentes, ou por não querer se aprofundar no uso dos recursos, no entanto, nessa pandemia, os mesmos foram pegos de surpresa e precisaram se adequar a cultura digital e o uso deste tipo de metodologia.

### 4.3 Cultura digital

Atualmente é difícil não estar conectados a tecnologia, é algo que já faz parte de todos os âmbitos da vida do ser humano, isso não é diferente quando se trata de TICs, nota-se que a cultura digital é algo totalmente associado, em pleno século XXI, o uso da tecnologia virtual cresceu de forma avassaladora, a necessidade consumista e globalizada, requer cada vez mais avanços que possam suprir a busca da sociedade de algo sempre melhor e mais tecnológico.

[...] Na mesma corrente de pensamento, há uma preocupação com os usos culturais das novas tecnologias. É uma questão importante a ser considerada é que as tecnologias não são coadjuvantes em relação às questões culturais, mas elementos centrais. As tecnologias não são acessórios periféricos para os analistas, mas elementos onipresentes [...] (BARTOLAZZO, 2016, p. 9).

A cultura digital é um posicionamento da sociedade em busca de tecnologia, no entanto deve-se analisar “[...] as condições de possibilidade, não somente históricas, mas também econômicas e sociais que permitiram a produção desse tipo de cultura. De fato, é difícil apreender, em toda a sua extensão, as transformações ocasionadas pelo digital [...]” (BARTOLAZZO, 2016, p. 9).

Sendo assim, os smartphones são aparelhos telefônicos com alta tecnologia digital, e de fácil acesso, assim, segundo Lemos (2009, p. 9) é uma espécie de dispositivo que é “[...] ao mesmo tempo telefone, máquina fotográfica, televisão, cinema, receptor de informações jornalísticas, difusor de e-mails e SMS, GPS, tocador de música (MP3 e outros formatos), carteira eletrônica [...]”.

[...] Recorrer ao digital é evocar, metonimicamente, a todo um conjunto de manifestações que incluem artefatos como tablets e smartphones, simulacros virtuais, comunicações instantâneas, conectividade. É aludir a uma vasta gama de formas midiáticas, possibilitadas pela tecnologia digital, abrangendo

a realidade virtual, o cinema digital, a televisão digital, a música eletrônica, os jogos de computador, a internet, a World Wide Web, e assim por diante. Também compreende o mundo dos negócios dominados por empresas de tecnologia como a Microsoft, a Apple ou Sony [...]. (BARTOLAZZO, 2016, p. 10).

Segundo Gere (2008) a cultura digital é um marco histórico que evoluiu com as exigências capitalistas da sociedade, associada com a contestação à guerra. Apesar disso, a tecnologia digital são fontes que contribuem para cultural digital, onde no período da Segunda Guerra Mundial que o modelo binário da computação passou a assumir a forma do digital que encontramos no presente. Gere (2008, p. 51) destaca ainda que mesmo que em diferentes campos e contextos, cada um desses sistemas foi influente para modernização da cultura digital atual. “[...] Com efeito, em grande medida, eles representam, coletivamente, o paradigma do pensamento científico e tecnológico do período pós-guerra [...]”.

[...] A Cultura Digital envolveria, assim, a existência de interatividade, interconexão e inter-relação entre homens, informações e máquinas. A comunicação dominada pelas tecnologias digitais tornou possível a emergência da expressão Cultura Digital porque se trata de algo que nos envolve como a atmosfera, algo no qual participamos como produtores, consumidores, disseminadores e que, por isso, tem integrado a vida cotidiana, invadido as casas e interferido nas relações que estabelecemos com o mundo, tanto material quanto simbólico, que nos rodeia. A Cultura Digital poderia ser pensada como a própria representação de uma fase contemporânea das tecnologias de comunicação, que segue a cultura impressa do século XIX e a cultura eletrônica do final do século XX. Ao pensar em Cultura Digital, se reflete sobre uma forma de produção, sobre os caminhos nos quais o digital tem sido filiado a certos significados culturais. Quer dizer, para que se possa pensar sobre o conjunto de práticas que envolvem os sujeitos e as tecnologias digitais, é preciso dar a elas significados [...] (BARTOLAZZO, 2016, p. 11).

Partindo deste princípio, a cultura digital é voltada não como vivemos a vida cotidianamente, mas ela faz com que consigamos viver em sociedade, onde vale-se entender que a cultura digital envolve métodos tecnológicos avançados, mas que para todo método, precisa-se ter humanos para manipulá-los a fim de dar êxito para tecnologia. As TICs estimulam a enxergar o que está longe, todavia, não nos cega a nossa volta, contudo, produzem e são os próprios produtos da sociedade em que vivemos.

## **5 OBSTÁCULOS DAS TDICS DURANTE A PANDEMIA**

Nesse capítulo destaca os obstáculos das TDICs durante a pandemia, relatando os desafios das aulas remotas, o apoio da família diante do período pandêmico e a necessidade formativa dos docentes de forma contínua, bem como de destacar a docência antes, durante e pós pandemia, além de destacar as práticas pedagógicas com recursos tecnológicos realizadas nesse período e o fato sobre a conexão dos professores ao uso das TDICs, descrevendo a realidade conectiva dos professores a essas ferramentas.

### **5.1 Os desafios das aulas remotas no período pandêmico**

Com a chegada da pandemia no país, o Ministério da Saúde precisou tomar medidas para prevenir a disseminação do vírus, do mesmo modo o Ministério da Educação (MEC) também precisou se adequar à nova realidade, e buscou medidas preventivas ao contágio do coronavírus nas escolas, e a suspensão das aulas presenciais foi uma delas, com o intuito de impedir que houvesse aglomerações (PEREIRA; NARDUCHI; MIRANDA, 2020). Segundo Senhoras (2020, p. 19):

[...] A difusão da pandemia da COVID-19 gera impactos na educação de modo complexo à medida que há o transbordamento de efeitos de modo transescalar no mundo, embora com assimetrias identificadas, tanto, pelas distintas experiências internacionais geradas entre o setor público e privado, bem como entre os diferentes níveis de educação [...] (fundamental, básica e superior).

A Constituição Federal de 1988 artigo 205, diz que todos têm direito à educação e é um dever da família e do estado, com a cooperação e participação da população, para que o indivíduo tenha um bom desenvolvimento e preparo, para exercer sua cidadania e estar preparado para o mercado de trabalho (BRASIL,1988).

Diante do cenário atual, o Brasil teve novas legislações publicadas, que contém indicações sobre a probabilidade do retorno às aulas remotas. A portaria nº 343, de 17 de março de 2020, aborda sobre a modificação do tipo de ensino, trocando as aulas presenciais pelo ensino a distância através dos meios digitais, durante o tempo que durar a pandemia do coronavírus (BRASIL,2020). O Conselho Nacional de Educação contém recomendações sobre como organizar os calendários escolares, e conseguir desempenhar as atividades escolares mesmo não sendo presencial, enquanto durar a pandemia do coronavírus (BARRETO, ROCHA, 2020).

[...] A chegada da pandemia trouxe a oportunidade de aprendermos muito, de nos tornarmos uma escola diferente. Por mais que caminemos na direção de novas incertezas, com muitas dúvidas, acreditamos que esse momento trouxe experiências significativas. Mesmo com grandes desafios, temos convicção que estamos vivenciando um período de ruptura educacional, as mudanças estão acontecendo e vão continuar. Que tenhamos sabedoria e sejamos capazes de realizar transformações profundas no mundo que vivemos e compartilhamos. Se queremos que o mundo se torne melhor e mais humano, teremos que antes melhorar a nós mesmos, e nos tornarmos mais humanos [...] (KINCHNER, 2020, p. 53).

Os desafios iniciais foram inúmeros, principalmente o grau de dificuldade em se adequar a esse novo ensino, atualmente, ainda em período pandêmico, as dificuldades ainda continuam, só que de forma acentuada, com maior desenvoltura, entretanto, foi um período de descobertas, inovações e desenvoltura pedagógica, como descreve na tabela abaixo.

**Tabela VIII.** Distinções do ensino remoto durante a pandemia

DESAFIOS	POSSIBILIDADES
Sua implementação não buscou uma análise cuidadosa da infraestrutura disponível aos alunos e professores.	Vemos muitos professores superando medos e limites (impostos por eles mesmos) ao se apropriarem cada vez mais e melhor das tecnologias digitais.
A emergência em implementar o ensino e não pensar em educação, levou algumas instituições desobrigarem com a formação dos professores atuarem mediatizados pelas tecnologias.	Alguns professores já estão criando canais em redes sociais para ampliar o alcance do que planejava apenas para seus alunos. Estaríamos presenciando o surgimento de uma geração de professores youtubers?
A preocupação excessiva de muitos educadores responsáveis, e gestores com o comprimento do conteúdo dentro do ano civil, tem trazido problemas, como maior ansiedade a todos os envolvidos, bem como se veem mais dispersos e desanimados. Silenciar o problema sanitário e a escuta sensível que emerge das emoções não é educar para incertezas ou para a construção de outra sociedade. Ou é?	Alguns meios de comunicação mais acessíveis, aos responsáveis e alunos veem auxiliando a proximidade de professores que buscam por meio lúdico, da conversa e da orientação para o momento atual, diminuir sinais de ansiedade nas crianças aproximando-as dos colegas por meio das lives ou algo similar.
Na maior parte das vezes, a organização ambiental virtual e diretrizes para atuação do docente não foram construídas democraticamente.	O fato de os responsáveis serem coparticipes da mediação das aulas, em maior ou menor medida, pode estar estreitando um novo canal de diálogo e reconhecimento por parte de alguns responsáveis.

**Fonte:** MELO, K. S.; SÁ, A. **Tecnologias educacionais contextos complexos. Curso Tecnologias Educacionais Auxiliares na Prática Docente.** Módulo 1. Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire. Duque de Caxias, 2020

Com relação às portarias e decretos determinados pelo governo brasileiro, fica explícito a ausência de políticas públicas que invistam na área de educação com

formação tecnológica para rede de ensino público nacional, lembrando que o ensino remoto foi uma possibilidade estratégica de complemento educacional diante do período pandêmico, mas não pode ser tratado como uma substituição do ensino presencial.

Os desafios do sistema remoto emergencial vão desde a adequação tecnológica, como pedagógica, passando também pela falta de infraestrutura das famílias, de conseguir acompanhar seus filhos nesse processo ou por falta de informação educacional ou pelo simples fato de não dispor de condições financeiras de ter recursos tecnológicos para os filhos conseguirem estudar de forma remota. Para Moraes (2003, p.210) “[...] no processo de mediação pedagógica, tanto a comunicação como o conhecimento implicam processos de co-criação de significados construídos a partir de práticas, relações e identidades [...]”.

Deste modo, com a adoção de métodos pouco conhecidos, pelo não uso adequado ou cotidiano, sendo assim, com a pandemia da COVID-19 as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), se tornaram fruto de um processo histórico, como instrumentos que traduz em “benefícios educacionais” (PINTO; MARTINS, 2021).

[...] Esse período levou os professores a utilizar o método de gravação de vídeo aulas, atividades enviadas pelo WhatsApp videoclipes, bem como a utilização de plataformas remotas de ensino digital, como Google Meet, Zoom, Skype e Google Classroom, que tiveram papel preponderante nesse processo [...] (TEIXEIRA; NASCIMENTO, 2021, p. 45).

Diante deste exposto, as aulas remotas através de lives por plataformas digitais, bem como videochamadas, vídeos práticos para utilização de temáticas, além de atividades geradas por aplicativos interativos, a fim de facilitar o entendimento, tempo e benefício da educação.

## **5.2 O apoio da família diante do período pandêmico**

A família é a primeira instituição social, visto que é a base dos alunos, a motivação para ser uma pessoa de bem na sociedade, é o fator essencial para a educação das crianças, sendo assim, a família tem papel essencial para o desenvolvimento educacional dos alunos. Para Laguna et al., (2021, p. 5408).

[...] O papel da família no sucesso da criança na aprendizagem da leitura e da escrita é relevante e pode ser incentivado com leituras compartilhadas de histórias, brincadeiras lúdicas e didáticas, tendo como objetivo a ampliação

do vocabulário e a compreensão da linguagem oral. Além disso, desperta a imaginação e fortalece o vínculo familiar. Sendo assim, o papel ativo da família no auxílio junto à escola no momento atual de pandemia pode minimizar as possíveis dificuldades educacionais [...]

A pandemia da Covid-19 trouxe uma realidade cotidiana no Brasil, a desigualdade social, o que favoreceu para que ela se tornasse um desafio diante da desigualdade de aprendizagem. A “[...] evolução e sofrimentos provocados pela pandemia afetando a possibilidade de acesso à saúde, ao trabalho, à alimentação, habitação, educação e tecnologia [...]” (SILVA, 2021, p.23).

Esse contexto social prejudicou de maneira ativa muitos alunos no Brasil, onde a rede privada de ensino tinha condições de oferecer um suporte técnico com recursos e com profissionais em sua maioria qualificados e engajados para conseguir se sobressair de maneira ativa a pandemia.

No entanto, a educação pública passou por obstáculos que já eram vistos, porém, nunca sanados de forma correta, o que ajudou na dificuldade de aprendizagem dos alunos.

[...] Apesar de compreender-se os esforços do Ministério da Educação em mitigar os danos do ensino em modo remoto, deparamo-nos com o que um dos estudos aponta ser uma “lacuna digital”, uma vez que, para que se haja o mínimo aproveitamento dos conteúdos previstos na ementa escolar, seriam necessários esforços direcionados a garantir que todos os alunos, sem exceção, tivessem acesso à internet, permitindo assim que todos eles pudessem acessar as plataformas digitais e os conteúdos educacionais. Essa é uma das lacunas na educação escolar que existe devido às condições socioeconômicas fortemente discutidas antes do período pandêmico. A pandemia e o distanciamento social – que impuseram o ensino remoto - concederam à sociedade mundial a oportunidade de ver que o capital cultural e social das famílias são completamente distintos nas com baixo poder aquisitivo e nas de classe média alta e classe alta; ao passo que algumas escolas são ativas e pedem as mais variadas tarefas escolares, outras estão completamente inativas [...] (LAGUNA et al., 2021, p. 5406).

Diante do período pandêmico, a família tornou-se o professor de dentro de casa, sendo o suporte para ajudar os filhos diante das aulas remotas e com suas dificuldades, o que elevou o grau de dificuldades dos pais nessa função, entretanto, por outro lado, os professores mesmo sobrecarregados, notaram que agora os pais entenderam o grau de dificuldade dos professores, visto que existe uma necessidade de habilitação profissional para tal atuação em sala.

[...] A decisão de continuar com as atividades escolares no lar implica que as famílias assumam a educação formal das crianças. Porém, essa solução foi projetada para lares com condições materiais e tempo para desempenhá-la,

não levando em conta lares insuficientes em termos econômico e social, onde os membros adultos trabalham ou possuem limitações, como o analfabetismo funcional. Não obstante, sabe-se que a maioria dos cuidadores não têm formação de professor, e mesmo que tivessem, são vistos pelos filhos como cuidadores e não seu docente da escola [...] (LAGUNA et al., 2021, p. 5407).

Outro ponto relevante é o fator “família”, onde muitos pais se viram sem saber como proceder diante dessa realidade educacional, uns por não terem instrução, outros por falta de condições financeiras de ter equipamentos tecnológicos, outros por mal terem o que comer para dar aos filhos. A desigualdade social foi algo alarmante na pandemia, e muitos pais se dividiam entre todos os filhos para ajudar no suporte das aulas, sabendo que no período da pandemia era necessário utilizar o meio remoto, onde o suporte dos professores era de maneira mais prática, com uso de apostilas, atendimento via *WhatsApp*, mesmo assim, a dificuldade de aprendizagem foi totalmente relevante nesse contexto, principalmente na educação básica desde a educação infantil às séries iniciais do ensino fundamental, forma os que mais se prejudicaram com o ensino remoto.

[...] O público alvo das atividades remotas emergenciais são crianças em fase de construção de saberes e de autonomia. Para melhor desenvolvimento e aprendizagem, a criança necessita conviver com pessoas fora de seu círculo familiar a fim de melhor desenvolver suas competências e sua capacidade de viver com os outros. Além do núcleo familiar e de outros adultos, este período da educação visa propor atividades exploratórias, motoras, sensoriais e afetivas, além de um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. O início do processo de alfabetização é um exemplo de aprendizagem adquirida durante a primeira infância, uma vez que desde o desenvolvimento da linguagem, a criança passa a adquirir a habilidade de interação e interpretação de códigos que a auxiliarão no processo de letramento. O primeiro contato com as letras é um desafio por si só que necessita do acompanhamento de um profissional pedagógico, porém, atualmente, esse está impossibilitado devido ao distanciamento social [...] (LAGUNA et al., 2021, p. 5407).

O ambiente familiar ficou totalmente desestruturado, o que favoreceu em alguns casos o abandono dos alunos das aulas remotas, a dificuldade de aprendizagem, e a desmotivação para estudar.

[...] É importante considerar que a sobrecarga dos familiares pelo excesso de responsabilidades, sejam profissionais, sejam domésticas, somada às demandas das crianças, a ausência de espaço adequado ao ensino, dentre outros fatores decorrentes da situação atípica na qual o mundo se encontra, proporcionou aos pais, familiares e crianças um nível de exigência

demasiadamente grande que pode convergir em níveis de frustração, também elevados [...] (LAGUNA et al., 2021, p. 5408).

O ambiente doméstico tornou-se o único lugar que as pessoas tiveram segurança diante das necessidades sanitárias mundiais, no entanto, muitas famílias tiveram inúmeras problemas para conseguir findar o ano letivo dos filhos, de maneira específica 2020 e de 2021, onde mesmo com a diminuição das mortes por Covid-19 e o avanço da vacinação no Brasil, ainda permaneceu o medo da contaminação, mas uma certa esperança aos pais de voltarem as aulas presenciais, com apoio do governo a formação docente de maneira qualificada e contínua.

### **5.3 Formação docente continuada**

Com o crescimento de graduados como professores, cresce consigo a necessidade de formação continuada, sendo assim o nível superior é a formação inicial dos professores, existe também as especializações que promovem conhecimento específico sobre determinada área, e a formação contínua, que são capacitações para os docentes e devem ser inseridas no contexto formativo de maneira ininterrupta (AMADOR, 2019).

O cenário da prática profissional ainda se torna algo relevante, de maneira que a formação continuada deveria ser permanente, devido a carência de apoio aos professores para melhorar a qualidade do cenário educacional brasileiro. Portanto, a formação continuada deve ser de uma forma adequada, a fim de satisfazer os professores e suprir suas necessidades. Ribeiro (2005, p. 35) ainda desta que a formação continuada de professores consiste para:

[...] O desenvolvimento da educação escolar. Sem professores qualitativamente formados, não é possível se ter educação de qualidade. Nestes termos, a formação inicial e continuada de professores constitui elemento essencial para o êxito do processo ensino/aprendizagem [...].

No sentido etimológico, a palavra formação na contemporaneidade é tratada com novas formas mediante os conceitos da prática social (AMADOR, 2019). Sendo assim, Silva (2000) destaca que o conceito de formação é polissêmico tal qual o da educação,

[...] Podendo situar-se em dois pólos relativamente distintos: um revelando a dimensão do saber e do saber fazer, numa ótica valorativa do domínio profissional e do formando como integrado num sistema complexo de produção, que exigem saberes e competências especializadas, nas quais e para os quais é preciso formar; outro enfatizando o desenvolvimento global

do sujeito, redimensiona o saber , o saber fazer e o saber ser numa perspectiva de construção integradora de todas as dimensões constitutivas do formando, privilegiando a auto-reflexão e a análise no sentido de uma desestruturação reestruturação contínua do sujeito como multidimensionado [...] (SILVA, 2000, p. 95).

No entanto, a menção demonstrada a seguir elucida a pluralidade semântica e prática do campo da FCP:

[...] A formação continuada de professores – por vezes chamada de treinamento, reciclagem, aperfeiçoamento profissional ou capacitação – tem uma história recente no Brasil. Intensificou-se na década de 1980 e, a despeito de pautar se predominantemente por um modelo formal de formação, foi assumindo formatos diferenciados em relação aos objetivos, conteúdos, tempo de duração (desde um curso rápido até programas que se estendam por alguns anos) e modalidades (presencial ou a distância, direta ou por meio de multiplicadores) [...]. (BRASIL, 1999, p.46).

Segundo Marin (1995, p. 14-18) existem críticas incisivas às concepções sobre as atribuições da formação continuada de professores, tais como: “[...] reciclagem, treinamento, aperfeiçoamento, capacitação, educação permanente, educação continuada e formação continuada [...]”, apresentadas na tabela abaixo.

**Tabela IX.** Termos empregados para formação continuada de docentes

DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO
Reciclagem	Utilizado para caracterizar processos de modificação de objetos ou materiais como, por exemplo, reciclar papéis, que podem ser desmanchados e refabricados. Este termo é considerado incompatível com a ideia de atualização pedagógica, pois sua adoção em propostas educacionais levou à proposição e à implementação de cursos rápidos e descontextualizados.
Treinamento	Sinônimo de tornar destro, apto, capaz de determinada tarefa. A utilização do termo, em se tratando de profissionais da educação, é inadequada quando está relacionado a processos de educação continuada que desencadeiam apenas ações com finalidades meramente mecânicas.
Aperfeiçoamento	Ligado à ideia de perfeição; não é possível utilizá-lo no processo educativo sob pena de negar a raiz da própria educação. No caso dos profissionais da educação, os limites são postos por inúmeros fatores,

	muitos dos quais independem das próprias pessoas sujeitas a interferências.
Capacitação	Tornar capaz e habilitar, de um lado e convencer, persuadir, de outro. O primeiro grupo pode ser aceito como termo ou conceito que seja expresso por ações para obter patamares mais elevados de profissionalismo. O segundo grupo, não deve seguir o mesmo raciocínio, pois a atuação da profissionalidade caminha no sentido oposto ao do convencimento e persuasão.
Educação Permanente, Educação Continuada e Formação Continuada	Colocados no mesmo bloco por apresentarem similaridades quanto ao eixo que é o conhecimento. Entretanto, há algumas nuances que não chegam a ser contraditórias, mas complementares. Educação Permanente, por exemplo, sugere uma educação como um processo prolongado e em contínuo desenvolvimento. Já Educação Continuada, no entendimento da autora, é o termo mais completo por apresentar uma visão mais completa, mais valorizada e cada vez mais aceita e que pode ser trabalhada no locus da prática cotidiana, de maneira contínua e sem lapsos. Finalmente, Formação Continuada, apesar das diversas abordagens, guarda o significado fundamental de atividade conscientemente proposta, direcionada para a mudança.

**Fonte:** MARIN, A.J. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Cadernos Cedex:** Campinas, 1995. p. 14 -18.

Sendo assim, mediante análise do quadro acima, fica explícito que a formação continuada dos professores, é algo, precisamente técnica, mas política, que visa entrar em conciliação com a realidade atual dos docentes, a fim de estabelecer medidas formativas que possam implicar no contexto contemporâneo. No entanto, existem concepções relacionadas a esse tipo de formação explícitas na tabela X.

**Tabela X.** Concepções mais utilizadas na denominação da FCP

DENOMINAÇÃO	DEFINIÇÃO
Capacitação	Proporcionar determinada capacidade a ser adquirida pelos professores, mediante um curso; concepção mecanicista que considera os docentes incapacitados

Qualificação	Não implica a ausência de capacidade, mas continua sendo mecanicista, pois visa melhorar apenas algumas qualidades já existentes.
--------------	---

Aperfeiçoamento	Implica tornar os professores perfeitos. Está associado à maioria dos outros termos.
Reciclagem	Termo próprio de processos industriais e, usualmente, referente à recuperação do lixo.
Atualização	Ação similar à do jornalismo; informar aos professores para manter nas atualidades dos acontecimentos, recebe críticas semelhantes à educação bancária.
Formação Continuada	Alcançar níveis mais elevados na educação formal ou aprofundar como continuidade dos conhecimentos que os professores já possuem.
Formação Permanente	Realizada constantemente, visa à formação geral da pessoa sem se preocupar apenas com os níveis da educação formal.
Especialização	É a realização de um curso superior sobre um tema específico
Aprofundamento	Tornar mais profundo alguns dos conhecimentos que os professores já têm.
Treinamento	Adquirir habilidades por repetição, utilizado para manipulação de máquinas em processos industriais, no caso dos professores, estes interagem com pessoas
Re-treinamento	Voltar a treinar o que já havia sido treinado
Aprimoramento	Melhorar a qualidade do conhecimento dos professores
Superação	Subir a outros patamares ou níveis, por exemplo, de titulação universitária ou pós-graduação
Desenvolvimento Profissional	Cursos de curta duração que procuram a “eficiência” do professor.
Profissionalização	Tornar profissional. Conseguir, para quem não tem um título ou diploma.
Compensação	Suprir algo que falta. Atividades que pretendem subsidiar conhecimentos que faltaram na formação anterior.

**Fonte:** PRADA, L.E.A. Formação participativa de docentes em serviço. Taubaté. Cabral Editora Universitária, 1997p. 88-9).

Independente da terminologia, a formação continuada pode ser interpretada como um segmento que deve ser exercido após a graduação, ou até mesmo após o exercício do magistério, onde a mesma consiste na necessidade de ampliar os horizontes educacionais que cercam o educador. Como destaca Gatti (2008, p.57) onde distingue que a formação continuada de professores “[...] em outro momento sendo usado de forma ampla e genérica [...]”, auxiliando o desempenho profissional.

[...] Horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet, etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação [...] (GATTI, 2008, p. 57).

Para descrever melhor, a formação continuada segue modelos (Quadro 8), tais como: Clássico, Prático Reflexivo e Emancipatório Político. Diante dos modelos expostos acima, é perceptível que a formação continuada pode ser implementada de diversas maneiras, no entanto, pode seguir dimensões paralelas que implicam na necessidade de complementação formativa em busca de mudanças habituais no contexto educativo. Desse modo, Placco e Silva (2015), destacam as dimensões como: técnica científica, da formação continuada, do trabalho coletivo e da construção coletiva do trabalho pedagógico, o dos saberes para ensinar e crítico-reflexiva.

Partindo do aspecto de cada dimensão, fica possível entender a importância da formação continuada para os professores, uma vez que permitiu o uso de novos caminhos a serem seguidos, bem como possibilitando as necessidades de apoio pedagógico aos docentes (AMADOR, 2019).

Esses modelos e dimensões são o suporte pedagógico de apoio à formação docente, a base de incentivo para melhorias do contexto escolar, onde com a pandemia do Covid-19, notou-se a falta de preparo devido a carência de formação tecnológica de maneira continuada, sabendo que esse tipo de formação não é de fácil compreensão, principalmente para docentes que ainda são de metodologia e recursos tradicionais, favorecendo ao aumento do grau de dificuldade, muito embora pela não aceitação desses recursos.

A pandemia foi tão brusca para o contexto educacional brasileiro, que a formação continuada, era algo difícil até para conseguir conciliar, devido a demanda de atendimento de pais, alunos e gestores, que os docentes não tinham tempo suficiente para conseguir manter uma realidade formativa de maneira coerente e ativa. Sendo um momento crucial para os professores, onde a falta de suporte pedagógico voltada a tecnologia, deixaram alguns com dificuldades de ensinar, onde a formação continuada voltada a esse contexto tecnológico iria beneficiar de maneira inclusiva e com bom desempenho por parte do docente, favorecendo o ensino/aprendizagem.

#### **5.4 A docência antes, durante e pós pandemia**

O sistema de educacional brasileiro antes da pandemia, era instaurado nas modalidades de ensino de educação nacional, sendo elas até o ensino médio e boa parte do ensino superior de maneira presencial, onde o aluno tinha contato com o professor, conseguia sanar suas dúvidas e melhorar sua aprendizagem, sendo assim, um local democrático, e que o docente, buscava sempre metodologias ativas e coerentes com a atualidade, a fim de proporcionar o ensino adequado para cada faixa etária e modalidade.

O professor transmitia o conteúdo programático em sala, entendendo a realidade de cada aluno, de maneira particular, além de favorecer a inclusão de muitos que precisavam de um apoio específico, para conseguir passar as disciplinas curriculares para cada série/ano educacional.

O contato social entre os alunos ajuda a melhorar a maneira de viver em sociedade, além disso, busca ser algo motivador para o estudo, onde o aluno sabe que a aprendizagem de conteúdos programáticos curriculares só se consegue dentro de uma instituição de ensino. Essa mesma motivação, traduz no docente um termômetro para avaliar sua própria atitude em sala de aula, se está sendo o necessário para abordar todos os alunos, ou deve ser modificada para conseguir suprir a busca dos conhecimentos dos discentes.

Essas implicações retratam metodologias ativas, recursos pedagógicos coerentes com as salas de aulas, bem como estar de maneira lógica com o contexto social que a escola/comunidade escolar vivencia. A análise de onde o aluno está inserido, pode ser favorável para que o professor consiga educar de maneira atuante, sempre visando a realidade dos discentes, porém, não limitando a essa realidade.

O professor é uma ponte de transmissão de conhecimento, no entanto, ele também é canal motivacional de transformação, pois o ensino leva onde barreiras não podem bloquear, o que favorece ao aluno o crescimento educacional, social e cultural, isso estabelece que no futuro o mesmo consiga atuar como um profissional qualificado e com uma bagagem educacional significativa para suas realizações. Logo, corrobora-se que as escolas ainda estavam na transição entre as aulas com e sem o uso de tecnologias. Deste modo, não é tão simples inserir novas tecnologias dentro das escolas, embora seja importante para o contexto educacional.

Com a chegada da pandemia no mundo, onde os países tiveram que se adaptar a medidas de contenção, para conter a propagação do vírus, sendo assim, muitos setores da economia tiveram que fechar as portas, as instituições de ensino brasileiras também tiveram que se adequar a realidade para suprir a necessidades de ensino durante esse período tão atípico que chegou ao Brasil.

No início da quarentena, todas as redes de ensino aguardaram as determinações municipais, estaduais e federais; acompanhando as notícias, entenderam que o período sem as aulas presenciais seria maior que o imaginado. Com essa perspectiva, começou a criação de estratégias, para que os estudos não fossem prejudicados e pudessem ser realizados a distância. Entretanto, os professores não estavam preparados para essa mudança do presencial para o ensino virtual, especialmente dentro do lar, que misturaria ações domésticas com profissionais (GUEDES, 2020).

Para Soares (2021) os docentes sem capacitação para a atual situação pandêmica e com novas metodologias que consistem em manter o ensino, onde a busca por ferramentas de apoio à educação, buscaram formas de se reinventar. Deste modo, esse período pandêmico tornou-se uma fase de testes avançados sobre os usos da tecnologia de forma mais atuante no desenvolvimento educacional.

Diante deste cenário, o educador procurou estudar meios de trazer bons resultados para o ensino, o que gerou desespero em alguns, visto que nem todos tinham os instrumentos necessários para lecionar e a falta de capacitação se revelou de maneira acentuada, dificultando o processo de adaptação à nova realidade. Se tornou desafiador a formulação das aulas (SOARES, 2021).

De acordo com o jornal Amazonas Atual (2020), entre dez professores, seis não se sentiram capacitados para lecionar remotamente, além de ter que lidar com as mortes e infecção por covid-19 que todos estavam passando. Porém, com o interrompimento das aulas presenciais, houve diminuição dos índices altos de depressão e da Síndrome de Burnout, que é uma doença devido ao esgotamento profissional, e repercute em sintomas de estresse e exaustão, sendo assim, com esse período pandêmico, trouxe consigo a sobrecarga de aulas remotas e tempos excessivos de trabalho para adequar à nova realidade educacional, logo, isso começou a torna-se uma vivência apresentada pelos docentes.

Em toda rede educacional foi sentido o impacto causado na saúde mental, tanto de professores como de alunos após o isolamento social. A Universidade de São

Paulo (USP) fez uma pesquisa para o Instituto de Psiquiatria, com pessoas de idades entre 5 e 17 anos, e revela que 27% delas apresentam indícios de ansiedade e 37,4% possuem dificuldade de entrar em uma rotina (CASTRO, 2021).

No meio desta pandemia nem todos os alunos conseguem manter um ritmo de estudos e têm acesso à internet; existe uma grande desigualdade em relação às famílias. Enquanto os ricos quase todos possuem conexão, uma parte das famílias pobres sentem dificuldades para o acompanhamento das aulas remotas, não apenas pela falta de internet, mas também pela falta de acompanhamento dos pais para ensiná-los, apesar de que muitos não chegaram a ter a oportunidade de finalizar seus estudos, dificultando mais ainda o aprendizado da criança. Além desses motivos, os pais das crianças mais pobres precisam trabalhar mesmo em meio à pandemia, o que os leva a passar bastante tempo fora de casa, enquanto que uma família rica consegue trabalhar em home office (MACHADO, 2021).

Desse modo, apesar de não estar sendo fácil para o âmbito escolar, em especial a rede pública, continuar o ensino pelo acesso remoto, com tantas famílias em dificuldade social, e as escolas sem estruturas tecnológicas, além dos professores com qualificação a desejar, cada um cumprindo o seu papel garantirá o direito fundamental do aluno (KRAUSE, 2020).

Sendo assim, os recursos tecnológicos foram importantes estratégias para as práticas pedagógicas e metodológicas que impulsionaram o desenvolvimento da educação durante a pandemia da COVID-19, onde a tecnologia nunca foi tão imprescindível para o contexto educacional brasileiro.

Após a diminuição dos casos do Covi-19, bem como o avanço na vacinação nacional, favoreceu a abertura por etapas de muitos departamentos públicos e privados, a economia começou a iniciar novos passos, ainda com o prejuízo financeiro da pandemia, mas com força para o êxito econômico. No entanto, as escolas ainda permaneciam em modalidade remota, com a diminuição dos casos e o índice elevado de vacinação, implicou na liberação do setor de educação, que inicialmente começou com o ensino híbrido de maneira reduzida às salas, sendo parte em casa assistindo aulas remotas e outra parte em sala de aula, seguindo esse revezamento sucessivamente todos os dias letivos.

O estado de São Paulo foi o primeiro a decretar a volta às aulas presenciais, segundo o Decreto nº 65.849, de 06 de julho de 2021, no entanto o Governo Federal determinou que essa volta fosse de acordo com a situação de contaminação por

estados, logo, para entender a situação do Covid-19 nos estados, foi levado em consideração os níveis de intensidade do vírus, associando por cores o que ajudou a entender a compreensão, sendo elas: “nenhum caso (azul), transmissão esporádica (verde), transmissão em grupos específicos (amarela) e transmissão comunitária (vermelha).

Desse modo, fica a critério das autoridades sanitárias competentes – estaduais, municipais e locais, descrever em que grau se encontra sua região, logo, os estados que estivessem com o nível vermelho, continuariam em ensino remoto até que mudasse para o verde, onde os casos estavam sendo considerados amenos e com perspectiva de volta à normalidade, as aulas iniciaram de maneira presencial.

Foi pensando nesse contexto de volta às aulas presenciais que a Comissão de Educação (CE) do Senado aprovou no dia 17 de março de 2022 o Projeto de Lei no 3.520/2021 que institui o Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação. Tendo por objetivo diminuir os efeitos adversos causados pela pandemia na educação. Ainda aguardando tramitação na Câmara dos Deputados caso não haja recurso para análise no Senado. O tabela XI destaca como deve seguir a implementação deste projeto de lei.

**Tabela XI.** Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação

<b>ESFERAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Governo Federal	Na execução do plano, caberá à União exercer a função redistributiva e supletiva em relação aos demais entes, por meio de assistência financeira e técnica. Além disso, deverá garantir o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); aprimorar políticas baseadas em evidências científicas, visando à recuperação da aprendizagem afetada pela crise sanitária; produzir material didático com base nas necessidades apontadas pelo mapeamento dos objetivos de aprendizado prejudicados pela suspensão das aulas presenciais; promover capacitação de profissionais para disseminar estratégias relativas ao processo de recuperação da aprendizagem; e destinar recursos para a conectividade das escolas.

Governo Estadual	Além de exercerem função redistributiva e supletiva em relação aos municípios, por meio de assistência financeira e técnica, deverão assegurar os demais objetivos relativos à busca ativa de estudantes. Também serão responsáveis pelo auxílio socioemocional a toda a área educacional e pelo desenvolvimento de estratégias de recuperação da aprendizagem. Caberá ainda aos estados oferecer aos profissionais da educação benefícios adicionais na carreira. Deverão ainda promover a premiação de municípios com as melhores práticas educacionais no contexto da crise sanitária e priorizar a regulamentação da distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) condicionada à melhoria em indicadores de aprendizagem.
Governo Municipal	Deverão desempenhar papel semelhante ao dos estados em relação aos estabelecimentos de seus sistemas de ensino. O monitoramento e a avaliação do plano serão feitos por meio dos indicadores do SAEB e de outras avaliações, assim como pesquisas acadêmicas e estudos feitos por meio de parcerias entre o poder público e instituições de renome. O plano será financiado por recursos destinados à educação pela Constituição e outras leis e por dotações de combate à pandemia.

**Fonte:** AGÊNCIA SENADO. **Vai à Câmara plano para recuperação da educação no pós-pandemia.** 2022. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/17/vai-a-camara-plano-para-ecuperacao-da-educacao-no-pos-pandemia>. Acesso em: 17 de outubro de 2022.

Esse plano, após ser sancionado servirá de uma base de apoio melhor para o sistema de ensino, a fim de ajudar diante da realidade do pós pandemia, onde estudantes se encontram com realidades educacionais desmotivantes e com problemas sociais, cognitivos e psicológicos para conseguir se adequar a essa nova situação, voltar a uma época sem intervalos, sem o hiato que se criou no contexto educacional.

[...] Para sua implementação, o plano articula a colaboração entre os entes federativos. Entre as políticas articuladas estão: o monitoramento da frequência escolar de estudantes, com a busca ativa dos alunos que não voltaram à escola após a retomada das atividades presenciais; o acolhimento socioemocional de estudantes e profissionais da educação; a demanda por novas matrículas, visto o fluxo de estudantes da rede privada à pública; a garantia da alimentação escolar; a realização de avaliações diagnósticas para nortear o processo de recuperação da aprendizagem, com prioridade a objetivos essenciais; mais conectividade nas escolas; e o estímulo à participação das famílias no processo de retorno às atividades presenciais [...]. (AGÊNCIA SENADO, 2022, n.p).

O retorno às aulas saiu de uma dinâmica tradicional e iniciou-se com medidas preventivas de continuação a proliferação do Covid-19, tendo em vista o distanciamento social em sala, mas com necessidades peculiares das crianças, que

deveriam continuar os padrões sanitários. Esse plano, ajudou no ambiente educacional de maneira a preparar o professor por situações epidêmicas a qual o mundo foi sentenciado, bem como estimula os docentes a sempre melhorarem as práticas pedagógicas voltadas às necessidades educacionais.

Vale salientar que desde o período de pandemia, houve uma dificuldade de acesso por parte dos alunos as aulas remotas, onde foram supridas por atividades físicas, por meio de apostilas, mas existiu uma pequena evasão escolar diante dos obstáculos, com o pós pandemia e a volta aos poucos das aulas presenciais, diminuiu a evasão e consecutivamente o aumento de matrículas. A figura abaixo destaca as ações para evitar evasão dos estudantes.

**Figura 5.** Ações para evitar evasão dos estudantes

**DURANTE A  
INTERRUPÇÃO  
DAS AULAS  
PRESENCIAIS**

- Assegure o acesso de todos** os estudantes às atividades de ensino remoto propostas
- Realize um acompanhamento contínuo e constante** da participação dos alunos nas atividades não presenciais propostas e entre em contato com os que não estão ativos
- Mantenha canais de comunicação abertos com os estudantes e as famílias** para obtenção de feedbacks sobre a atuação da escola e identificação de pontos de aprimoramento
- Envolva os pais no engajamento** dos filhos nos estudos. Eles são parceiros fundamentais nesse momento
- Desenvolva, na medida do possível, uma forma de checagem diária** com cada aluno, dando especial atenção aos mais vulneráveis

---

**NA RETOMADA  
DAS AULAS  
PRESENCIAIS**

- Realize a busca ativa dos estudantes que não voltarem** a frequentar a escola
- Defina uma forma de avaliação diagnóstica** dos alunos e de que modo será realizada a recuperação dos que apresentarem defasagem de aprendizagem
- Estabeleça estratégias de acompanhamento** dos estudantes com maior propensão a evadir
- Procure identificar os alunos que precisam de apoio financeiro** para atendimento a despesas básicas e acione recursos de outras Secretarias, como Assistência Social

Fonte:

<https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/acoes-durante-e-pos-pandemia-sao-necessarias-para-evitar-evasao/>. Acesso em: 2021.

Mesmo sabendo que a evasão escolar faz parte do contexto educacional, contudo, o Governo temia que essa realidade aumentasse significativamente com o ensino remoto, devido ao não contato presencial dos alunos em sala de aula, embora com a volta das aulas presenciais, ainda tem o receio da não adaptação dos alunos

devido ao hiato que o ensino sofreu ao longo desse período pandêmico, favorecendo ainda a evasão.

[...] A evasão escolar é uma problemática enfrentada há anos no Brasil, e suas causas estão relacionadas a múltiplos fatores econômicos, sócios emocionais e políticos. Em quase um ano e meio, as escolas das diversas regiões do Brasil precisaram ficar um tempo fechadas e algumas ainda estão, tanto da rede pública quanto da privada, como uma medida de proteção ao Coronavírus. As aulas foram adaptadas para o sistema remoto e têm acontecido de forma online, o que requer que docentes e estudantes disponham de internet, aparelhos de computador, celulares, entre outros, para poderem se conectar e participar das aulas, além de um espaço em casa para estudar, e informações sobre o manuseio dos aparelhos e dos recursos tecnológicos. O que tem sido um grande desafio [...]. (QUEIROZ; SILVA; SOUZA, 2021, p. 549).

Sendo assim, deve-se manter estratégias que possam impulsionar o desenvolvimento do ensino, bem como efetuar uma análise de quais alunos não frequentaram as aulas remotas ou não voltaram às aulas híbridas e/ou presenciais, a fim de entender os motivos e motivar a volta à escola. No entanto, durante a pandemia a evasão de maneira silenciosa, onde tornou-se preocupante devido à falta de estrutura financeira dos pais, demonstrando de maneira mais realista o quanto há desigualdade social no Brasil. Onde a falta de recursos para acesso à internet e a não disponibilidade de aparelhos tecnológicos, é algo cotidiano dos menos favorecidos, assim, “[...] dependendo da região do país, do local de moradia, e da classe social a chance de continuidade dos estudos ou da manutenção do vínculo com as atividades escolares foi comprometida [...]” (SILVA, 2021, p.23).

Os dados informados pela Pesquisa por Amostra Domiciliar Contínua (PNADC) relacionadas ao ensino brasileira confirmam que:

[...] O acesso à internet nas residências apresenta percentuais abaixo de 80% na maioria dos estados, mas em nenhuma unidade federada chega a 80% de acesso com conexão em banda larga e mais da metade delas não chega sequer a 60% com esse tipo de conexão; há disparidade de acesso entre os/as estudantes da rede pública e rede privada [...] (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017).

A falta de estrutura do país para o acesso às plataformas que pudessem ajudar o aluno, bem como associado a dificuldades financeiras da família, para manter os recursos tecnológicos que possam favorecer no mínimo o ensino, ainda são problemas alarmantes do Brasil.

[...] Paralelo a isso, muitas famílias ficaram desempregadas, doentes, vivenciados processos de luto, os/ as filhos/as órfãos, e esses/as precisaram trabalhar, muitos na informalidade, para ajudar no sustento financeiro familiar. Todos esses elementos têm feito com que alguns e algumas estudantes não

consigam acompanhar as aulas remotamente ou de forma híbrida, e conseqüentemente deixaram os estudos, pois em algumas escolas que voltaram ao formato de aulas presenciais, alguns alunos/as não conseguiram retornar [...]. (QUEIROZ; SILVA; SOUZA, 2021, p. 549).

A volta às aulas presenciais definitivas, após um período de aulas remotas, seguidas de aulas híbridas, favoreceram também a evasão escolar, muitos alunos não conseguiram acompanhar a demanda curricular para o ano letivo que estavam inseridas, o que favoreceu uma saída da escola. Essa realidade é permitida quando muitos alunos deixam de frequentar a escola, no entanto, os pais não pedem transferência da instituição, sendo necessário o apoio da gestão para entender cada caso e fazer a busca desses alunos.

### **5.5 Práticas pedagógicas na pandemia**

As práticas pedagógicas (PP) auxiliam o docente a conseguir efetivar a transmissão do conhecimento, mesmo que essa docência seja bloqueada por obstáculos, crises e situações atípicas. Logo, “[...] esse caminho nos impõe a necessidade de explorar novos horizontes e refletir sobre quais são os nexos existentes entre a PP desenvolvida pelo professor e o processo ensino aprendizagem em tempos de isolamento social [...]” (VALLE; MARCOM, 2020, p. 139).

Para Marcelo (2009, p. 8) o professor é uma profissão de transmissão de conhecimento, cujo compromisso está em “[...] transformar esse conhecimento em aprendizagens relevantes para os alunos [...]”. Diante disso, o professor analisa, planeja, socializa e instaura a temática em sala de maneira a atingir seus alunos com conhecimento adequado mediante o uso das práticas pedagógicas adequadas para cada situação.

Nóvoa (1995) descreve a profissão em três dimensões indissociáveis: a pessoal, a profissional e a organizacional, o que fica ainda mais evidente no período da pandemia. De fato, essas dimensões ficam ainda mais individualizadas no período pandêmico, onde o professor teve que se adequar não só no campo profissional quanto pessoal, e tendo que manter o contexto organizacional que em certas horas estava totalmente desmotivante.

De acordo com as práticas pedagógicas realizadas na pandemia do Covid-19, fica evidente a desmistificação da metodologia, a fim de manter o atendimento aos alunos e pais, onde a pressão psicológica, favoreceu a um desgaste e a desmotivação

na busca de métodos que impulsionaram no desenvolvimento de aula interativas com as novas práticas.

Com esse novo normal, os professores tiveram que se adaptar para conseguir dar sentido educacional às suas atividades, onde precisaram repensar suas práticas interativas e promover alternativas que favorecessem aos alunos conhecimentos, como uma forma de salvar o ano letivo (VALLE; MARCOM, 2020).

Diante dessas competências é que direciona o perfil do professor de maneira a conseguir transitar por caminhos diversos entre sociedade e escola, associando ao cotidiano cultural, econômico, o que favorece a interação dinâmica do processo ensino/aprendizagem favorecendo a constituição de um sujeito independente.

Com a pandemia houve a necessidade de repensar como ensinar, se relacionar e como usar os métodos de maneira a conseguir transmitir conhecimento e levar aprendizagem, mas de acordo com Freire (2003, p. 35) a educação deve ter “[...] disponibilidade ao risco, a aceitação do novo e a utilização de um critério para a recusa do velho [...]”.

O professor deve ter a responsabilidade de entender as interfaces pedagógicas adequando as impossibilidades do cotidiano, apresentando novos caminhos para progredir e encarar os obstáculos através do ambiente escolar.

[...] Superar esta resistência às mudanças pressupõe processos de conscientização e participação coletiva que desestruturam algumas relações e autoconstróem novas, em um movimento de transformação do próprio cotidiano. É sabido que existem metodologias que introduzem rupturas fortes e desestabilizadoras das relações rotineiras dos professores nas escolas, que os fazem reagir de diversas formas para preservarem a rotina ou se acomodarem, criando novas relações. A ruptura interna e permanente das relações, ou aquela forçada externamente a um grupo de professores, pode gerar no cotidiano desde disposição a mudanças [...] (PRADA, 1997, p.114).

As novas perspectivas pedagógicas na pandemia onde remete a uma maneira dialética e dialógica, a fim de conseguir se moldar a caminhos menos conflituosos onde a tomada de decisões diante das mudanças de acordo com o contexto escolar (VALLE; MARCOM, 2020). Diante do reflexo das reinvenções tanto do docente quanto das práticas pedagógicas na pandemia do Covid-19 Libâneo (2014, p. 4) destaca que:

[...] O novo professor precisaria, no mínimo, de uma cultura geral mais ampliada, capacidade de aprender a aprender, competência para saber agir na sala de aula, habilidades comunicativas, domínio da linguagem informacional, saber usar meios de comunicação e articular as aulas com as mídias e multimídias [...].

Para Moran; Masetto e Behrens (2000, p. 32) é importante que cada docente encontre sua maneira de sentir-se bem, comunicar-se bem, ajudar os alunos a aprender melhor. “[...] É importante diversificar as formas de dar aula, de realizar atividades, de avaliar [...]”. O professor deve saber se comunicar e fazer uma ponte de relacionamento entre ele e o aluno, para conseguir ter uma conciliação harmoniosa para sala de aula, o que ajudará a buscar metodologias ativas que impulsionam o ensino/aprendizagem. Nas palavras de Perrenoud et al., (2002, p. 94), “[...] a mudança é construída, coletiva e progressivamente, se os atores que dele fazem parte dispuserem de margens de manobras suficientes para, [...] resolver os problemas encontrados [...]”.

Desse modo, o maior obstáculo durante a pandemia foi conseguir formas adequadas de reduzir os danos causados a educação mediante o isolamento social, onde mesmo com toda dedicação dos docentes em se adaptar a essa nova era tecnológica e educativa que foi o ensino remoto, que foi algo forçado, mesmo com todo empenho ainda existiam lacunas tanto no conteúdo curricular quanto no social.

[...] Não basta ter acesso ao computador conectado à internet. É preciso, além de ter acesso aos meios digitais e sua infraestrutura, vivenciar a cultura digital com autoria criadora e cidadã. Saber buscar e tratar a informação em rede, transformar informação em conhecimento, comunicar-se em rede, produzir textos em várias linguagens e suportes são saberes fundamentais para a integração e autoria na cibercultura [...]. (SANTOS, 2014, p. 83).

Com relação às práticas pedagógicas, deve-se levar em consideração que um contexto escolar estruturado, deve ter um bom profissional de educação e uma escola que tenha por prioridade o aluno.

[...] A docência não é um trabalho cujo objeto é constituído de matéria inerte ou de símbolos, mas de relações humanas com pessoas capazes de iniciativa e dotadas de uma certa capacidade de resistir ou de participar da ação dos professores [...]. (TARDIF; LESSARD, 2008, p. 35).

Segundo Valle e Marcon (2020) a docência é a relação humana entre professor e o ato de ensinar, mesmo diante de tantas dificuldades e pressão, esse profissional se sobressaiu diante do contexto pandêmico, onde foi obrigado a se adaptar a ferramentas virtuais, além de conseguir preparar atividades que mantenham os alunos motivados, bem como ter vida pessoal ativa, com afazeres familiares onde o trabalho Home Office elevou o gasto de tempo com as necessidades de trabalho assoberbando o docente.

[...] O professor tem papel fundamental nesse processo. Nada além de um enorme desafio, mas um caminho de possibilidades que conduza os alunos a uma correta apropriação do conhecimento e sua aplicação a situações práticas do cotidiano. A função principal da educação não muda pelo fato de estarmos vivendo uma pandemia. Contudo, salientamos a importância de que ao sair da crise da Pandemia Covid-19 possamos olhar para trás e perceber que este tempo foi utilizado para nos reinventar. E mais que isso, que possamos nos arrepender de escolhas equivocadas que fizemos, mas que jamais nos arrependamos de escolhas que deixamos de fazer, por medo de assumir nosso compromisso com a educação brasileira. Por fim, pensar a PP de professores no atual cenário, marcado por incertezas, fragilidades, imprevisibilidades, e também de insurgências, requerer considerar a reinvenção das intervenções no processo de ensino e aprendizagem, constitui-se amplo espaço de debate, pois desdobra-se em questões mais abrangentes no contexto educacional, ampliando-se assim o campo de compreensão e de horizontes a serem explorados a partir das aprendizagens proporcionadas neste curto espaço de tempo, que inquestionavelmente tem potencializado a necessidade da presença do professor que ao ser chamado a “dar conta” de ensinar neste cenário, reinventaram-se em curto espaço de tempo tornando-se protagonistas de um processo que terá novos desdobramentos no “novo normal” [...]. (VALLE; MARCOM, 2020, p. 149).

Os autores destacam que o professor deve ser associado às práticas pedagógicas a fim de estabelecer o bom desempenho educacional dos alunos, favorecendo no entendimento curricular e que possa ajudar no ensino/aprendizagem, e na pandemia esse esforço dos professores foi evidenciado através de várias metodologias pedagógicas que impulsionaram o sistema de ensino, a força desses profissionais foi surpreendente.

## **5.6 Conectar professores desconectados**

A pandemia do Covid-19 não só trouxe ao sistema de ensino o fechamento das escolas, mas, como trabalhar com essas instituições fechadas, sem deixar os alunos prejudicados. A inconsistência de informações sobre o vírus no seu início em março de 2020, favoreceram as determinações que ajudaram a não parar o sistema de ensino brasileiro, tendo em vista a realidade das TICs para a educação nacional.

Essa realidade tecnologia começa pela ponte de conhecimento “o professor”, que por sua vez obteve de maneira brusca o incentivo para o uso do sistema remoto, como medida de contenção da contaminação dos alunos, evitando assim, o aumento de casos no país. Através de um levantamento estatístico da Universidade Federal de Minas Gerais, com professores da rede pública do Brasil no ano de 2020, auge ainda da pandemia e fechamento das escolas devido ao isolamento social, sendo uma

medida solicitada pela Organização da Nações Unidas (ONU) que estabeleceram as formas de contenção e proliferação do vírus, onde aponta a tabela XII..

**Tabela XII.** Dados da pesquisa com professores da rede pública durante o início da pandemia

89% não tinha experiência anterior à pandemia para dar aulas remotas;
42% dos entrevistados afirmam que seguem sem treinamento, aprendendo tudo por conta própria;
21%, é difícil ou muito difícil lidar com tecnologias digitais;
82% dos professores estão dando aulas dentro de casa;
82% dos docentes disseram que as horas de trabalho aumentaram;
84% dos professores afirmam que o envolvimento dos alunos diminuiu um pouco ou diminuiu drasticamente durante a pandemia;
80% dos entrevistados afirmam que a principal dificuldade dos estudantes é a falta de acesso à internet e computadores;
74% das famílias em dificuldade em apoiar os estudantes;
53% destacam a falta de motivação dos alunos;
38% descreve o desconhecimento dos alunos em usar recursos tecnológicos
69% destaca o estado emocional dos professores que também está sendo colocado à prova, declarando ter medo e insegurança por não saber como será o retorno à normalidade;
50% declaram ter medo em relação ao futuro.

**Fonte:** OLIVEIRA, E. **Quase 90% dos professores não tinham experiência com aulas remotas antes da pandemia; 42% seguem sem treinamento, aponta pesquisa.**

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/08/quase-90percent-dos-professores-nao-tinham-experiencia-com-aulas-remotas-antes-da-pandemia-42percent-seguem-sem-treinamento-aponta-pesquisa.ghtml> .Acesso em: 19 de outubro de 2022.

Diante desses dados, foi possível identificar que nem sempre é fácil conseguir atuar com o sistema remoto, a fim de estabelecer uma educação por meio virtual, levando em consideração a realidade dos alunos. Com o isolamento social favoreceu a utilização de ferramentas digitais em substituição às aulas presenciais (SILVA; PETRY; VGGIONI, 2020).

[...] Este evento, expôs severamente as insuficiências da educação no país. Podemos afirmar que algumas dessas insuficiências são a falta de formação específica para professores e o entendimento por parte da sociedade e o precário acesso da comunidade escolar a recursos tecnológicos, como computadores e internet de qualidade [...] (SILVA et al., 2020, p.22).

Portanto, a necessidade de práticas pedagógicas de urgência demonstrou o quanto era necessário estabelecer medidas formativas e curriculares para o docente,

partindo desse ponto de vista essa readequação do planejamento, tratou-se de uma forma de garantir o direito à educação, conforme previsto em lei, onde por meio de um conjunto de ações chamadas de atividades não presenciais.

Então para conseguir repassar o ensino, foi utilizado plataformas virtuais para por meio da educação a distância, no entanto, também foi utilizado as atividades impressas como meio avaliativo de mensurar a aprendizagem. Logo, essa exploração do contexto educacional propôs aos docentes essa nova habilidade de atuar com recursos tecnológicos, porém, a formação pedagógica deixou a desejar quando se fala de algo para promover capacitação, mas, isso decorre diante do tempo para o aprendizado dessa nova metodologia, coisa que os professores não tiveram esse tempo acessível, por se tratar de algo que era de urgência para resolver (SILVA; PETRY; VGGIONI, 2020).

Vale salientar que mesmo com a formação, existem no âmbito educacional, docentes que estão em pleno século XXI, mas, que não estão inseridos nesse contexto de maneira ativa, do mesmo jeito que existem alunos evoluídos diante das tecnologias, porém, atua de maneira diferente do esperado para a educação, por exemplo, o aluno consegue ser bastante ativo em redes sociais, bem como vídeos, e jogos, porém, quando essa tecnologia vira para a educação, o mesmo sente dificuldade em conseguir utilizar a informática ao favor do ensino, isso é quando o aluno tem acesso a aparelho tecnológicos.

Existem casos que tiveram certa relevância neste período de pandemia, que foi a falta de acesso tanto aos recursos tecnológicos quanto à internet para manter o acesso no ambiente virtual destinado para o ensino. Sabe-se que o Brasil é um país de grande valor, porém, a desigualdade social e a falta de estrutura para manter essa metodologia tecnológica, favoreceu a uma lacuna no ensino brasileiro durante esse período pandêmico.

[...] Educação é uma ação de todos os atores envolvidos, família, escola, professores e alunos; se essa ação já é determinante em tempos de aulas presenciais, ganha ainda mais relevância nesse período de pandemia. Uma prática dessa magnitude exige acompanhamento e pequenos ajustes que se fazem necessários, de forma permanente. A constância de propósito definida pela equipe que coordena as atividades e o acompanhamento das ações em curso, um desafio nunca antes enfrentado, mostra que, com o envolvimento e participação de todos [...] (SILVA; PETRY; VGGIONI, 2020, p.34).

A educação passou por esse contexto da pandemia e com a falta de qualificação dos professores, devido à falta de uso cotidiano com as TICs, por falta de

recursos, por não aceitar o uso de recursos tecnológicos, por não querer se adequar a uma realidade cotidiana mais que ainda se pensava que possivelmente ainda era o suficiente para educar de maneira tradicional, e por pensar que os recursos tecnológicos não seriam uma realidade breve.

Pensando nessas possíveis hipóteses da falta de adequação dos professores durante o uso do sistema remoto na pandemia, fez nascer vários questionamentos sobre esse público, tendo em vista que existem regiões do Brasil que tem e fazem uso dos recursos destinados às escolas, bem como existem escolas com pouco recursos, onde se faz necessário a implementação da tecnologia para as necessidades dos educandos.

O Brasil diante da pandemia, fez ressurgir a necessidade de formação conectada para os professores, a fim de instaurar o uso das TICs como uma necessidade curricular e pedagógica, a fim de estimular o bom desenvolvimento contemporâneo do ensino/aprendizagem levando em consideração as realidades dos alunos.

A tecnologia deve ser vista como um auxílio diante da docência pedagógica, essa ajuda transparece em autoconhecimento, o que favorece o bom desenvolvimento das aulas, melhor desempenho dos alunos, elevação da qualidade do ensino e o alcance do ensino/aprendizagem.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Desde os primórdios da colonização brasileira que a educação é envolvida em mudanças constantes de acordo com as necessidades e avanços da população. No começo, as ideias pedagógicas se concentravam num contexto religioso, diante da invasão dos portugueses que trouxeram consigo a religiosidade europeia onde os jesuítas eram incumbidos de ensinar de forma mais catequizadora os indígenas, a fim de moldar a realidade local dos nativos, a cultura, além de favorecer o contexto educacional, também impor medidas de escravidão da cultura, bem como exploração das riquezas.

Deste modo, os avanços educacionais se propuseram a sair do tradicionalismo e efetivaram a amplitude de mudanças que vislumbra a importância real da população de forma geral, contribuindo para o ramo estudantil, social, trabalhista, econômico e financeiro do país, a evolução traduz pensamentos críticos construtivos que movem o mundo, a fim de satisfazer momentaneamente à sociedade da sociedade capitalista.

A evolução do contexto educacional brasileiro, diante das necessidades contemporâneas de cada época, favoreceu ao desenvolvimento do sistema de ensino atual, mesmo com o período pandêmico, visto que a educação ficou fragilizada diante da realidade necessidade de ensino emergencial.

Sendo assim, a pandemia do Covid-19 trouxe muitas incertezas e mudanças de hábitos, principalmente em virtude do distanciamento social, contudo, entre isolamento e necessidade de educação, foi instaurado um método de evolução tecnológica, ainda atípica diante da atual realidade, que consiste no desenvolvimento tecnológico em prol do sistema educacional brasileiro. Mediante a análise dos dados obtidos através da análise metodológica, onde a tecnologia em tempos de pandemia foi algo já existente, porém, ganha força com medidas de ensino remoto, através de plataformas digitais, sendo uma utilização tecnológica proativa e que favorece o desenvolvimento de formas mais acessíveis de ensino.

A determinação dos professores para promoção das novas práticas foi de suma importância para conseguir se moldar às inovações, diante de um contexto educacional tão difícil, mas que muito embora trouxe união, empatia e liderança. Isso fez com que a visão sobre esses profissionais fosse ainda mais democrática, levando sempre em consideração a excelência da disponibilidade na atuação durante o ensino remoto, mesmo com tantos obstáculos, e com pouco apoio formativo de maneira contínua e ágil, bem como pedagógica, visto que os docentes sempre consideraram a importância do ensino/aprendizagem, sem deixar nenhum dos envolvidos neste ciclo educacional desprotegido, ciente de que o ensino remoto é uma ferramenta emergencial utilizada no período pandêmico, mas que não tem como finalidade a substituição do ensino presencial.

Para isso, deve-se haver a promoção do desenvolvimento docente, tendo em vista que os professores devem receber formação continuada, tendo em vista as dificuldades mediante o uso da tecnologia, que antes era mal utilizada e no período pandêmico houve uma sobrecarga de tecnologia para os docentes, que prejudicou de certa forma a didática em sala de aula virtual, devido à falta de formação continuada. Deste modo, conclui-se que a educação das séries iniciais do ensino fundamental obteve mais dificuldades para conseguir seguir o contexto do ensino remoto, diante da falta de estrutura tecnológica no ambiente domiciliar, outro ponto relevante foi a falta de preparação para os docentes, a fim de proporcionar segurança e domínio para manter uma boa relação com o sistema remoto, ciente de que esses

profissionais não tiveram no período pandêmico um suporte técnico para suprir as necessidades de informações tecnológicas, além de utilizar todos os equipamentos pessoais, para conseguir favorecer o ensino, prejudicando a vida pessoal com o excesso de carga horária de trabalho contínuo, por meio de cobranças cotidianas dos pais, alunos e superiores educacionais, cientes de que o ensino remoto, causou um hiato na educação.

As dificuldades do ensino remoto durante a pandemia foram inúmeras, sendo possível identificá-las no cotidiano escolar, desde a falta de estrutura tecnológica para proporcionar suporte técnico aos docentes, bem como a falta de informação contínua aos professores voltadas à TDIC, além da falta de condições financeiras dos pais e/ou responsáveis para manter os alunos desenvolvendo diante do ensino emergencial, o que proporcionou uma defasagem do sistema de ensino brasileiro e prejudicou de forma avassaladora o nível de aprendizagem dos discentes no período da pandemia e que se alastra como um hiato na educação.

Com relação às contribuições desse estudo para o campo da educação, nota-se a carência educacional de profissionalização para os docentes voltadas ao uso das tecnologias, visto que esse foi um dos maiores desafios vivenciados pela pelos professores, sendo assim necessário políticas públicas que voltem ao fortalecimento por meio de capacitações para o uso correto das TDICs.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Vai à Câmara plano para recuperação da educação no pós-pandemia**. 2022. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/17/vai-a-camara-plano-para-recuperacao-da-educacao-no-pos-pandemia#:~:text=Vai%20%C3%A0%20C%C3%A2mara%20plano%20para%20recu%20per%C3%A7%C3%A3o%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20p%C3%B3s%20pandemia.-Compartilhe%20este%20conte%C3%BAdo&text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20\(CE,de%20Covid%2D19%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o](https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/17/vai-a-camara-plano-para-recuperacao-da-educacao-no-pos-pandemia#:~:text=Vai%20%C3%A0%20C%C3%A2mara%20plano%20para%20recu%20per%C3%A7%C3%A3o%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20no%20p%C3%B3s%20pandemia.-Compartilhe%20este%20conte%C3%BAdo&text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20(CE,de%20Covid%2D19%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 17 de outubro de 2022.

ALBRECHT, R. F.; OHIRA, M. L. B. Bases de dados: metodologia para seleção e coleta de documentos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, SC, v. 5, n. 5, p.131-144, 2000.

AMADOR, J.T. Concepções e modelos da formação continuada de professores: um estudo teórico. **Revista Humanidades e Inovação** v.6, n. 2 – 2019.



AMARAL, J.J.F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. - Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007. 21 p. Disponível em: Acesso em: 20 de outubro de 2022.

AMAZONAS ATUAL. **Professores não estão prontos para volta às aulas presenciais, mostra pesquisa**. 2020. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/professores-nao-estao-prontos-para-volta-as-aulas-presenciais-mostra-pesquisa/> . Acesso em: 20 de outubro de 2022.

ARRIADA, M. C.; RAMOS, E. M. F. **Redes de aprendizagem**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2013.

ARRUDA, E.P.; ARRUDA, D.E.P. Educação à distância no Brasil: políticas públicas e democratização do acesso ao ensino superior. **Educação em Revista**, v. 31, n. 3, p. 321-338, 2015.

ARRUDA, R.L.; NASCIMENTO, R.N.A. Estratégias de ensino remoto durante a pandemia de COVID-19: um estudo de caso no 5º ano do Ensino Fundamental. **Revista Thema** v.20 Especial 2021.

BARRETO, A. C. F.; ROCHA, D. S. COVID 19 e educação: resistências, desafios e (im)possibilidades. **Revista Encantar** - Educação, Cultura e Sociedade - Bom Jesus da Lapa, v. 2, p. 01-11, jan./dez. 2020.

BARROS, A.M.; SILVA, J.R.G. Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home-office: estudo de caso na Shell Brasil. **CADERNOS EBAPE. BR**, v. 8, nº 1, artigo 5, Rio de Janeiro, Mar. 2010.

BERTUSSO, F.R.; MACHADO, E.G.; TERHAAG, M.M.; MALACRNE, C. A utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no ensino de Ciências: um paradigma a ser vencido. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 12, e26691211099, 2020.

BORTOLAZZO, S.F. O imperativo da cultura digital: entre novas tecnologias e estudos culturais. **Revista Cadernos de Comunicação**, Santa Maria, v. 20, n. 1, art. 1, p. 1-24, jan/abr. 2016.

BRASIL. **Decreto Lei nº 1.044**, artigo 2º de 21 de outubro de 1969. Brasília, 1969.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996.

**Diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Disponível em:

[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196\\_10\\_10\\_1996.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html) .

Acesso em: 26 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020.

**Lei de medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019**. Brasília: 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 de outubro de 2022.

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica.** Um Computador por Aluno: a experiência brasileira. Série Avaliação de Políticas Públicas, Brasília/DF, n.1, 2018.

BRASIL. **Lei de introdução do Código Penal nº 3.914**, de 09 de dezembro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Brasília/DF, n.1, 1941.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política de Educação Fundamental. **Referenciais para a formação de professores.** Brasília: MEC/SEF, 1999.

BRASIL. **Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus Covid- 19**, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020. Ministério da Educação. Brasília: 2020.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3.520, que institui o **Plano Nacional de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 na Educação.** Câmara dos Deputados. Brasília: 2021.

BRUK, M.S.; BRUK, A. **As 100 dicas do Home Office: um guia básico para montar e manter seu escritório em casa.** São Paulo: AB, 2011.

BURIAN, C. L. **Pandemia, incertezas e possíveis mudanças globais.** Horizontes ao Sul. 2020. Disponível em: <https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/08/PANDEMIAINCERTEZAS-E-POSSIVEIS-MUDANCAS-GLOBAIS>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

CARDOSO, C.A.; FERREIRA, V.A.; BARBOSA, F.C.G. (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista Com Censo #22** • volume 7 • número 3 • agosto 2020.

CASAGRANDE, R. **Coronavírus no Brasil: como a pandemia prejudica a educação. Entrevista concedida à revista eletrônica Guia do Estudante.** 2020. Disponível em:

<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/coronavirus-no-brasil-como-a-pandemia-prejudica-a-educacao/>. Acessado em: 20 de outubro de 2022.

CASTRO, G. **Ano letivo de 2021 apresenta novos obstáculos para o ensino.** 2021. Disponível em:

<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2021/02/4906892-ano-letivo-de-2021-apresenta-novos-obstaculos-para-o-ensino.html> . Acessado em: 20 de outubro de 2022.

CHIARETTO, S.; CABRAL, J.R.; RESENDE, L.B. Estudo sobre as consequências do teletrabalho na qualidade de vida do trabalhador e da empresa. **Revista**

**Metropolitana de Governança Corporativa**, São Paulo, Vol. 3, N. 2, p. 71-86, Jul./Dez. 2018.

CUNHA, L.F.F.; SILVA, A.S.; SILVA, A.P. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

FILATRO, I. **Os métodos de preparação de material para cursos on-line**. In: LITTO, F.M. e FORMIGA, M.M.M. (Orgs). Educação à distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Educação e atualidade brasileira**. 3. Ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

FERRAZ, R.; FREITAS, P. **A sala de aula os efeitos da pandemia ainda se fazem sentir**. Veja: 2023. <https://veja.abril.com.br/educacao/na-sala-de-aula-os-efeitos-da-pandemia-ainda-se-fazem-sentir> . Acesso em: 09 de janeiro de 2024.

GATTI, B.A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**. v. 13, n. 37, jan/abr. 2008.

GERE, R. **Digital Culture**. London: Reaktion Books, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOERGEN, P. L. **Competências docentes na educação do futuro: anotações sobre a formação de professores**. CME-HISTEDBR. UnC. Caçador/SC, v. 2, n. 1, 2000.

GROSSI, M.G.R.; MINODA, D.S.; FONSECA, E.G.P. empate da pandemia da covid 19 na educação: com a palavra os professores. **Revista Thema**, v. 21, n.2, 2022.

GUEDES, V.L. **A Educação na Covid-19: A voz docente**. São Paulo: Editora Na Raiz, 2020.

KRAUSE, M.P. **A integração da família na educação remota do filho**. 2020.

Disponível

em:

<https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/aintegracao-da-familia-n-a-educacao-remota-do-filho/> . Acessado em: 20 de outubro de 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Caaporã-PB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/caapora.html> . Acesso em: 22 de outubro de 2022.

INSTITUTO UNIBANCO. **Ações durante e pós pandemia são necessárias para evitar evasão.** 2021. Disponível em: <https://www.institutounibanco.org.br/conteudo/acoes-durante-e-pos-pandemia-sao-necessarias-para-evitar-evasao/> . Acesso em: 20 de outubro de 2022.

KLINCZAK, M. N. M. Análise do Perfil do Ingresso na Educação a Distância no Brasil. **Revista Eixo - Especial Educação Híbrida no Mundo Contemporâneo.**2018.

KNECHTEL, M.R. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

KENSKI, V.M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** 3º edição. Campinas, SP. Papirus, 2003.

KENSKI, V. M. O desafio da Educação a Distância no Brasil. **Revista Edu foco.** V. 7, Juiz de Fora. p. 1-13, 2010.

KIRCHNER, E.A. **Desafios da educação em tempos de pandemia: Vivenciando os desafios da educação em tempos de pandemia.** Organizadores: Janete Palú, Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer. - Cruz Alta: Ilustração, 2020. 324.

LAGUNA, T.F.S.; HERMANNNS, T.; SILVA, A.C.P.; RODRIGUES, L.N.; ABAID, J.L.W. Educação remota: desafios de pais ensinantes na pandemia. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, 21 (Supl. 2): S403-S412, maio., 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LEMONS, A. **Cibercultura como território recombinate.** In . TRIVINHO, E.; CAZELOTO, E. A cibercultura e seu espelho: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa. São Paulo: ABCiber, 2009.

LEGISWEB. **Decreto Nº 41010, de 07 de fevereiro de 2021.** Plano Educação Para Todos Em Tempos De Pandemia - PET-PB. LegisWeb: 2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=408993> . Acesso em: 09 de janeiro de 2024.

LIBÂNEO, J.C. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 28ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LOSEKANN, R.G.C.B.; MOURÃO, H.C. Desafios do teletrabalho na pandemia Covid-19: quando o home vira office. **Caderno de Administração,** Maringá, v.28,Ed. Esp. Jun/2020.

MACHADO, L.M. **Legado de uma pandemia: 26 vozes conversam sobre os 16 aprendizados para política pública.** Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.

MARCELO, C. A identidade docente: constantes e desafios. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente,** Ouro Preto, v. 1, n. 1, p. 109-131, ago./dez. 2009a.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. Sísifo **Revista de Ciências da Educação**, Lisboa, n. 8, p. 7-22, jan./abr. 2009b.

MARIN, A.J. Educação continuada: introdução a uma análise de termos e concepções. **Cadernos Cedes**: Campinas, 1995.

MELO, K. S.; SÁ, A. **Tecnologias educacionais contextos complexos. Curso Tecnologias Educacionais Auxiliares na Prática Docente**. Módulo 1. Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias. Centro de Pesquisa e Formação Paulo Freire. Duque de Caxias, 2020.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação à distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAES, A.C. Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 15, nº 1, p. 5-20, abr. 2003.

MORAES, R.A.; PEREIRA, E.W. **A política de educação a distância no Brasil e os desafios na formação de professores na educação superior**. In: SEMINÁRIO DO HISTEDBR. EIXO2. HISTÓRIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO.

2009. Disponível em

[https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/files/mBv36y8F.doc](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/files/mBv36y8F.doc). Acesso em: 20 de outubro de 2022.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2001.

MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital online. **Revista UFG**, 2020, v.20.

MOROSINI, M.C. **O Professor do ensino superior na sociedade contemporânea**. In: ENRICONE, D. Sete olhares sobre a educação superior. Porto Alegre: Ed PUCRS, 2006.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. Os professores e sua formação. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995. p.13-33.

OLIVEIRA, E.A. Ensino remoto: o desafio na prática docente frente ao contexto da pandemia. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 28, 27 de julho de 2021. Disponível em:

<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/28/ensino-remoto-o-desafio-na-pratica-docente-frente-ao-contexto-da-pandemia#:~:text=A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20atrav%C3%A9s%20do%20ensino.pand%C3%AAmico%20e%20de%20isolamento%20social>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

\_\_\_\_\_. **Quase 90% dos professores não tinham experiência com aulas remotas antes da pandemia; 42% seguem sem treinamento, aponta pesquisa**. 2020. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/07/08/quase-90percent-dos-professores-nao-tinham-experiencia-com-aulas-remotas-antes-da-pandemia-42percent-seguem->

[sem-treinamento-aponta-pesquisa.ghtml](#) . Acesso em: 19 de outubro de 2022.



ORGANIZAÇÃO PAN-AMÉRICA DE SAÚDE. Organização Mundial de Saúde. COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). **Folha Informativa**, 6 abr. 2020. Disponível

em:

<https://www.paho.org/pt/topicos/coronavirus/doenca-causada-pelo-novo-coronavirus-covid-19#:~:text=O%20Dr.,internacional%20referente%20%C3%A0%20COVID%2D19>.

Acesso em: 20 de outubro de 2022.

PALÚ, J. **Desafios da educação em tempos de pandemia: Capitalismo, pandemia e educação em crise**. Organizadores: Janete Palú, Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer. - Cruz Alta: Ilustração, 2020. 324.

PEREIRA, A.J.; NARDUCHI, F.; MIRANDA, M.G. Biopolítica E Educação: Os Impactos Da Pandemia De Covid-19 Nas Escolas Públicas. **Rev. Augustus** | ISSN: 1981-1896 | Rio de Janeiro | v.25 | n. 51 | p. 219-236 | jul./out. 2020.

PERRENOUD, P. **A competência para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da avaliação** / Philippe Perrenoud, Monica Gather Thurler, Lino de Macedo, Nilson José Machado e Cristina Dias Alessandrini; trad. Cláudia Schiling e Fátima Murad. \_ Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PIMENTEL, M.; CARVALHO, F. da S. P. Princípios da Educação Online: para sua aula não ficar massiva nem maçante! **SBC Horizontes**, maio 2020. Disponível em: <https://horizontes.sbc.org.br/index.php/2020/05/principios-educacao-online/> . Acesso em: 22 de outubro de 2022.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa histórica. **Cadernos de Pesquisa**, n.114, p.179-195, nov., 2001.

PINTO, K.E.V.; MARTINS, R.X. A implantação do Ensino Remoto Emergencial em escolas públicas e particulares da Educação Básica: estudo de caso em um município mineiro. **Em Rede**, v. 8, n. 1, p. 1-20, jan./jun. 2021.

PIZZANI, L. et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. RDBCI: **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez, 2012.

PLACCO, V.M.N.S.; SILVA, S.H.S. **A Formação do Professor: Reflexões, desafios, perspectivas**. In: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho de (org). O coordenador pedagógico e a formação docente. 13. ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2015.

PODER360. **Já são 4 milhões de casos de coronavírus no mundo**. Dados de 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/ja-sao-4-milhoes-de-casos-de-coronavirus-no-mundo/> . Acesso em: 21 de outubro de 2022.

PRADA, L.E.A. Formação participativa de docentes em serviço. Taubaté. Cabral Editora Universitária, 1997.

PRADA, L.E.A.; FREITAS, T.C.; FREITAS, C.A. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. In: **Revista Diálogo, Educação**. Curitiba. V. 10. n. 30. P.367-387: maio/ago. 2010.

QUEIROZ, N.F.L.; SILVA, R.A.; SOUSA, M.R.C.A. Os efeitos da pandemia da COVID-19 no processo educacional no Brasil entre os anos de 2020 e 2021. **Revista Thema** v.21 n.2 2022.

RAFALSKI, J.C.; ANDRADE, A.L. Home-Office: Aspectos Exploratórios do Trabalho a partir de Casa. **Temas em Psicologia** – 2015, Vol. 23, nº 2, 431-441.

RIBEIRO, M.R. **A formação continuada dos professores de de 1ª a 4ª série do ensino fundamental, em Castanhal Pará: continuidade ou descontinuidade?**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, Centro de Ciências Sociais, mestrado em Educação. São Luis, 2005. F. 221.

RONDINI, C.A.; PEDRO, K.M.; DUARTE, C.S. Pandemia da Covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. **Interfaces Científicas** • Aracaju • V.10 • N.1 • p. 41 - 57 • Número Temático – 2020.

SÁ, A.L.; NARCISO, A.L.C.; NARCISO, L.C. Ensino remoto em tempos de pandemia: os desafios enfrentados pelos professores. \* **XIV CILTEC-Online** novembro/2020.

SANTOS, E. Pesquisa-formação na cibercultura. Santo Tirso: White Books, 2014.

SENHORAS, E.M. **COVID-19 e Educação: Debates entre o Global e o Local**. Boa Vista: Editora da YFRR, 2020. 165 p.

SILVA, J.C.M. Formação continuada de professores: visando a própria experiência para uma nova perspectiva. In: **Revista Iberoamericana de Educación/Revista Ibero Americana de Educação**. ISSN: 1681-5653 nº 55/3, 2000.

SILVA, I.R. **Psicologia escolar e eventos emergenciais: resistência e luta por uma educação socialmente referenciada**. In: NEGREIROS, F.; FERREIRA, B. De O. Onde está a Psicologia escolar no meio da pandemia? São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p.22-28.

SILVA, L.A.; PETRY, Z.J.R.; UGGIONI, N. **Desafios da educação em tempos de pandemia: Como conectar professores desconectados, relato de prática do estado de Santa Catarina**. Organizadores: Janete Palú, Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer. - Cruz Alta: Ilustração, 2020. 324 p.

SOARES, I.N. **Tempos de pandemia: E agora José? As aulas são online**. Santa Cruz do Sul, v.46, n. 85, p. 284-291, jan./abr. 2021.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

TROPE, A. **Organização virtual: impactos do teletrabalho nas organizações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

TEIXEIRA, D.A.O.; NASCIMENTO, F.L. Ensino remoto: o uso do Google Meet na pandemia da COVID-19. **Boletim de Conjuntura (BOCA)** ano III, vol.7, n.19, Boa Vista, 2021.

UNESCO. **Information and communication technology in education: a curriculum for schools and programme of teacher development**. Unesco: Paris, 2002. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000129538> . Acesso em: 20 de outubro de 2022.

VALLE, P.D.; MARCOM, J.L.R. **Desafios da educação em tempos de pandemia: Os desafios de uma gestão democrática em tempos de pandemia em uma escola pública**. Organizadores: Janete Palú, Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer. - Cruz Alta: Ilustração, 2020. 324.

VASCONCELOS, C. S. S; FEITOSA, I. O; MEDRADO, P L. R., BARBOSA, A. P. B. O Novo Coronavírus e os Impactos Psicológicos da Quarentena. Desafios - **Revista Interdisciplinar** da Universidade Federal Do Tocantins, 7 (Especial-3), 75-80, 2020. VASQUES, D.G.; OLIVEIRA, V.H.N. Iniciação científica na pandemia: uma análise dos estudos remotos ao ensino fundamental. **Interfaces Científicas** • Aracaju • V.10 • N.1 • p. 164 - 179 • Número Temático – 2020.

VASQUES, D.G.; OLIVEIRA, V.H.N. iniciação científica na pandemia: uma análise dos estudos remotos ao ensino fundamental. **Revista interface científicas**. Vol. 10 n. 1 – 2020.

WANDSCHEER, K.T. **Desafios da educação em tempos de pandemia: Ensino remoto: um caminhar de possibilidades**. Organizadores: Janete Palú, Jenerton Arlan Schütz, Leandro Mayer. - Cruz Alta: Ilustração, 2020. 324.